

**RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA**

**RAINT
2009**

AUDITORIA-GERAL

SUMÁRIO

1	- INTRODUÇÃO.....	3
2	- IDENTIFICAÇÃO.....	4
3	- DOS PROGRAMAS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT 2009 – EXECUTADOS E EM EXECUÇÃO.....	5
3.1	- RESUMO PAINT 2009.....	23
3.2	- AÇÕES DE AUDITORIA DE RISCO LOCAL E EXTRAORDINÁRIAS CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO 2009.....	24
3.2.1	- AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	24
3.2.2	- AÇÕES DE RISCO LOCAL.....	29
3.3	- AÇÃO 2562 - AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS.....	49
3.4	- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES CONCLUÍDAS POR UNIDADE DE AUDITORIA.....	50
4	- REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	51
4.1	- RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ORIUNDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	51
4.2	- RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELA AUDITORIA INTERNA.....	51
4.2.1	- DEMONSTRATIVO DE RECOMENDAÇÕES 2009 - AÇÕES EM ÂMBITO NACIONAL / RISCO LOCAL / EXTRAORDINÁRIAS.....	51
4.3	- AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA ENTIDADE E OUTRAS DENÚNCIAS RECEBIDAS.....	52
5	- RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.....	53
5.1	- CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	53
5.2	- AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	56
5.3	- AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS.....	65
5.3.1	- NA ÁREA DE BENEFÍCIOS.....	69
5.3.2	- NA ÁREA DE GESTÃO INTERNA.....	77
5.4	- REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.....	89
5.5	- VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL.....	89
6	- FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.....	91
7	- DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	93
8	- INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	94
9	- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria-Geral do INSS, em atendimento ao que dispõem as Instruções Normativas nº. 07, de 29/12/2006, da Controladoria-Geral da União, e a nº. 01, de 03/01/2007, da Secretaria Federal de Controle Interno, apresenta o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício de 2009.

Os trabalhos realizados guardam conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2009), observando-se os Programas Nacionais e as Ações que pelas suas características ou excepcionalidade, são qualificadas em Risco Local e Extraordinárias.

Neste documento, as atividades desenvolvidas serão apresentadas em sete tópicos, assim dispostos:

- Identificação da Auditoria Interna do INSS, descrevendo as alterações de localização e circunscrição das Auditorias Regionais;
- Ações de auditoria realizadas no ano de 2009, e ainda ações relativas a exercícios anteriores e concluídas em 2009;
- Cumprimento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das determinações originárias do Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU), das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, e do tratamento dado às demandas da Ouvidoria, bem assim das demais denúncias recebidas diretamente pelo Órgão;
- Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais do INSS, com base nos trabalhos realizados pela Auditoria;
- Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna;
- Desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna; e
- Realização de ações de fortalecimento da Auditoria Interna.

As Planilhas de Resultados acompanham este documento em meio magnético e são compostas dos Anexos que se apresentam:

- I - Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Externo;
- II - Recomendações da Controladoria-Geral da União;
- III - Recomendações da Auditoria Interna;
- IV - Denúncias Recebidas pela Auditoria;
- V - Resumo dos Processos de Licitação Avaliados; e
- VI - Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal.

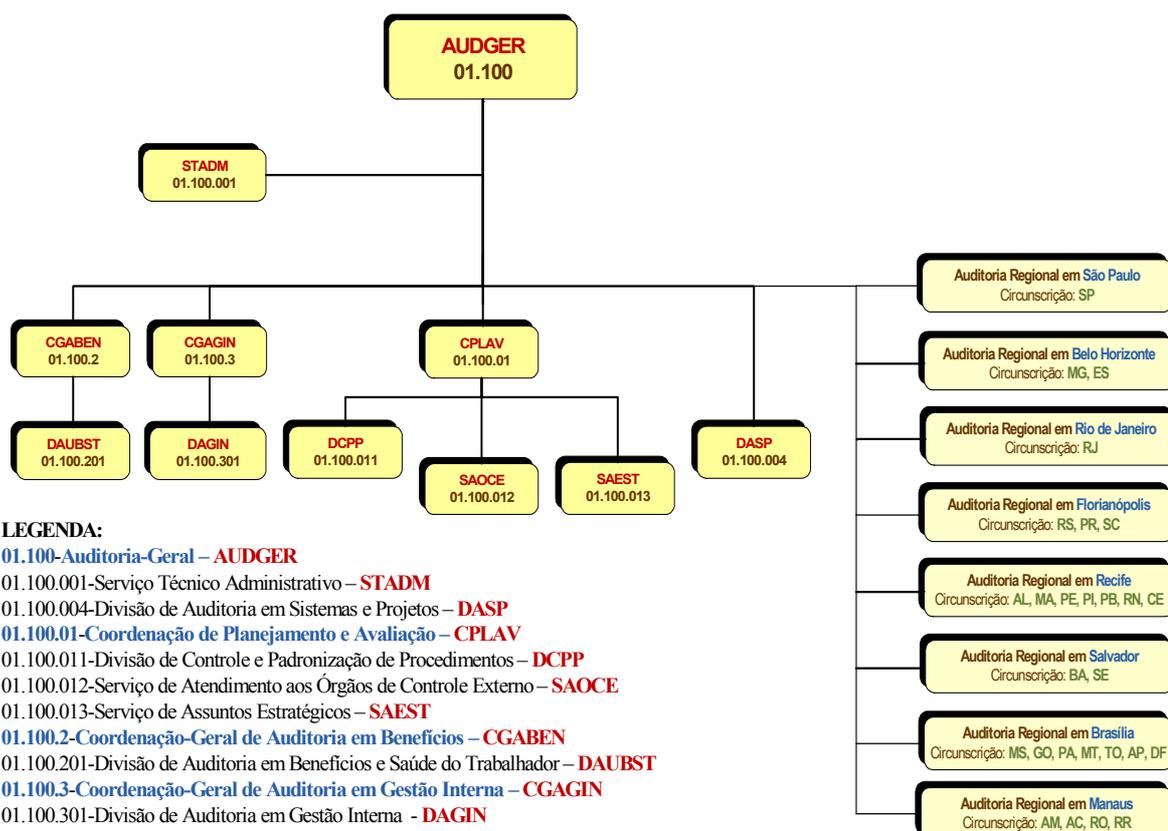
2. IDENTIFICAÇÃO

A Auditoria-Geral é um órgão seccional do INSS, com sede em Brasília, Distrito Federal, situada no Setor Bancário Norte, Bloco E, Quadra 2, Lote 15, Edifício CNC, 5º andar, salas 501 e 502, Asa Norte, telefone (61) 3313-4587 e e-mail auditoria.geral@previdencia.gov.br.

Em decorrência da edição da Portaria MPS nº. 202, de 13/08/2009, foram introduzidas alterações na disposição da abrangência das Auditorias Regionais, vinculando as Representações nos estados de Sergipe e Maranhão nas jurisdições de Salvador e Recife, sendo que aquelas se encontravam sob administração de Recife e Brasília, respectivamente.

A estrutura organizacional da Auditoria tem fundamento legal no Decreto n.º 6.934, de 11/08/2009 e a Portaria MPS nº. 296, de 09/11/2009, que aprovou o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social, conforme o organograma que se apresenta:

AUDITORIA INTERNA DO INSS – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



3. DOS PROGRAMAS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT 2009 – EXECUTADOS E EM EXECUÇÃO - PROGRAMAS NACIONAIS

Programa 01	AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO/2008 E ELABORAÇÃO DE PARECER DE AUDITORIA.
Ação nº.	2869.
Área Auditada	Presidência do INSS.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício 2008.</p> <p>Número de ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: Relatório de Gestão 2008, Demonstrativos, Declarações e demais peças que integram a Prestação de Contas da Entidade.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos resultados da execução do Programa da Instituição; ▪ Avaliação da qualidade e confiabilidade dos Indicadores utilizados; ▪ Verificação da obrigatoriedade de apresentação e a consistência das informações da declaração de bens pelos gestores e dos Demonstrativos Financeiros; ▪ Verificação do atendimento de Diligências emitidas pelo TCU e CGU; e ▪ Avaliação dos balanços Orçamentário, Financeiro, Contábil e Patrimonial, do Rol de Responsáveis e dos Inventários Físicos.
Período da Ação	01/01/2009 a 30/04/2009.
Recursos Empregados	2.872 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 02	QUALIDADE DA GESTAO DA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC – CONTRATO INSS X DATAPREV.
Ação nº.	3504, 3532, 3533, 3535, 3536, 3537, 3538, 3539, 3540, 3541, 3542, 3543, 3544, 3545, 3548, 3549, 3550, 3552, 3554, 3557, 3558, 3588 e 3599.
Área Auditada	Coordenação Geral de Tecnologia e Informação.
Escopos Examinados	<p>Espaço amostral: Exercício 2009.</p> <p>Número de ações: 23 ações.</p> <p>Amostragem: Contrato INSS x DATAPREV.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do contrato relativo ao: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Serviço de Gestão da Base de Conhecimento da Previdência Social – Síntese; ➤ Serviço de Apoio à Gestão de RH; ➤ Serviço de Apoio à Gestão de Logística (ADMPER e SAC); ➤ Serviço de Apoio à Gestão Financeira (SAAB); ➤ Administração de equipamentos; ➤ Gestão de Recursos de Tecnologia e Informação (TI); ➤ Acesso à Internet, Mensageria e aos sistemas estruturadores - HOST ON DEMAND; e ➤ Níveis de serviço.
Período da Ação	13/10/2009 a 28/12/2009.
Recursos Empregados	4.376 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 03	GESTÃO DO ATENDIMENTO - SISTEMA DE AGENDAMENTO ELETRÔNICO (SAE), SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO AGENDAMENTO ELETRÔNICO (SIAE) E SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ATENDIMENTO (SGA).
Ação nº.	3018.
Área Auditada	Diretoria de Atendimento / Diretoria de Benefícios / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço amostral: Exercício 2009. Número de ações: 01 ação. Amostragem: Sistemas SAE, SIAE e SGA. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação das Diretrizes da Arquitetura de Informação: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aderência do Sistema à Documentação Técnica; ➤ Aderência do Sistema à Documentação Legal; ➤ Aderência do Sistema ao Contrato; ➤ Análise de Bases de Dados; Módulo Perfil Gestor e Supervisor Local; e ➤ Módulo Operacional Atendente. ▪ Avaliação das Diretrizes da Arquitetura de Sistema: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Interface interna e externa; e ➤ Controle de acesso lógico do sistema. ▪ Avaliação das Diretrizes da Arquitetura Tecnológica <ul style="list-style-type: none"> ➤ Hardware. ▪ Camada de Organização <ul style="list-style-type: none"> ➤ Segurança física e ambiental; ➤ Segurança e contingência; e ➤ Pessoal.
Período da Ação	11/05/2009 17/07/2009.
Recursos Empregados	1.440 horas.
Fase de Execução	Em Fase de Relatório Final.

Programa 04	GESTÃO DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA RECONHECIMENTO, SUBSTITUÍDO PELO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS REGISTROS DO CNIS, REALIZADO EM FORMA DE “PILOTO”, PELA AUDITORIA REGIONAL EM RECIFE.
Ação nº.	2995, 3611 e 3623.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios / Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios 2008 / 2009.</p> <p>Número de ações: 03 ações.</p> <p>Amostragem: Base de Dados certificados no CNIS e aplicativos a ele relacionados.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da integridade, eficácia e eficiência das operações de Cadastro; ▪ Avaliação dos fluxos e rotinas instituídos para o processo de inclusão / alteração de dados certificados no CNIS; ▪ Avaliação da regularidade da documentação que ensejou a inclusão / alteração de dados certificados; e ▪ Avaliação da qualidade do processo, visando a proposição de recomendações para o seu aperfeiçoamento.
Período da Ação	Março a dezembro de 2009.
Recursos Empregados	13.120 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 05	MONITORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO.
Ação nº.	3265 e 3593.
Área Auditada	Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2009. Número de ações: 02 ações. Amostragem: Registros no SIGPLAN relativos ao exercício de 2009. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos controles, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos da inserção das informações relativas à execução física e financeira dos Programas e Ações estabelecidos no PPA, sob responsabilidade do INSS; e ▪ Verificação da aplicação dos recursos orçamentários de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
Período da Ação	01/06/2009 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	224 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 06	GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS.
Ação nº.	2863, 2878, 2882, 2885, 2890, 2894, 2896, 2898, 2903, 2905, 2909, 2913, 2918, 2919, 2937, 2999, 3005, 3007, 3008, 3020, 3033, 3060, 3138, 3140, 3185, 3187, 3215, 3217, 3228, 3377, 3378, 3407, 3439, 3473, 3446, 3477, 3478 e 3524.
Área Auditada	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2009. Número de ações: 38 ações. Amostragem: Total de 134 processos em manutenção nas Unidades de Licitações e Contratos no exercício de 2009, incluindo as Modalidades de Licitações de Pregão, Tomada de Preços, concorrência, Inexigibilidade e Dispensa de Licitação, nos diversos objetos contratados.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos itens de controle quanto à formalização processual, habilitação e julgamento da licitação, aos contratos e seus aditamentos (alterações, recomposição de preços, supressões e acréscimos), ao acompanhamento dos serviços contratados (execução e inexecução) e quanto aos pagamentos efetuados às contratadas.
Período da Ação	01/03/2009 a 31/10/2009.
Recursos Empregados	11.688 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 07	GESTÃO DAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES.
Ação nº.	2606, 2881, 2884, 2886, 2887, 2888, 2889, 2893, 2897, 2901, 2904, 2906, 2938, 2943, 2987, 2989, 3002, 3009, 3021, 3141, 3190, 3195, 3216, 3218, 3230, 3355, 3356, 3357, 3358, 3359, 3360, 3367, 3372, 3373, 3474, 3497 e 3534.
Área Auditada	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício 2007/2008.</p> <p>Número de ações: 37 ações.</p> <p>Amostragem: Aplicação do Programa em 22 (vinte e duas) Gerências Executivas e monitoramento realizado em 15 Unidades, que consistiu no acompanhamento dos sistemas SIAFI, CMC e ADMPER, para subsidiar na definição das localidades a serem contempladas com ações de auditoria.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação do cumprimento das formalidades legais nas contratações; ▪ Verificação da eficiência dos controles internos das áreas auditadas; e ▪ Avaliação da qualidade dos bens adquiridos e a correspondência com as exigências contratuais.
Período da Ação	01/03/2009 a 31/10/2009.
Recursos Empregados	19.027 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 08	GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS.
Ação nº.	2871, 2872, 2877, 2879, 2880, 2891, 2895, 2914, 2917, 2924, 2990, 3000, 3010, 3039, 3245, 3368, 3438, 3468 e 3471.
Área Auditada	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Obras / Reformas: obras licitadas ou em execução no exercício de 2008/2009.</p> <p>Número de ações: 19 ações.</p> <p>Amostragem: Aplicação do Programa em 18 (dezoito obras) e avaliação de um processo, quanto aos procedimentos de licitação.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos Processos de Licitação; ▪ Avaliação dos Termos Aditivos e Serviços Extra-Contratuais; e ▪ Avaliação do Gerenciamento de Contrato e Cronograma Físico-Financeiro.
Período da Ação	01/03/2009 a 31/10/2009.
Recursos Empregados	2.064 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 09	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS ACUMULOS DE CARGOS.
Ação nº.	2899, 3071, 3191, 3219, 3220, 3221, 3222, 3223, 3224, 3225, 3239, 3240, 3241, 3242, 3243, 3244, 3262, 3267, 3383, 3384, 3385, 3408, 3409, 3419, 3426, 3440, 3485, 3486, 3488, 3489, 3490, 3491, 3492, 3493, 3494, 3495 e 3496.
Área Auditada	Diretoria de Recursos Humanos / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2009.</p> <p>Número de ações: 37 ações.</p> <p>Amostragem: 2.755 servidores, apresentando mais de um vínculo de trabalho, além do INSS, verificados na prospecção de dados utilizando o aplicativo ACL e as bases do CNIS, RAIS e Folha de Pagamento, sendo o quantitativo de 204 incluídos em ações de auditoria e 2.551 no Monitoramento, que consistiu na emissão de Notas de Auditoria para análise e adoção de procedimentos pelos Serviço/Seções de Recursos Humanos.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da regularidade/licitude de cargos, empregos e funções, observando-se as vedações e as exceções disposta na pela Constituição Federal e da compatibilidade de horários, respeitando-se os intervalos, a jornada de trabalho na Instituição.
Período da Ação	01/03/2009 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	8.724 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 10	AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ABONO DE PERMANÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÃO CONCEDIDOS AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES.
Ação nº.	2907, 2910, 2932, 2942, 2947, 3019, 3070, 3106, 3188, 3226, 3255, 3364, 3382, 3410, 3415, 3425, 3441, 3445, 3475, 3498, 3500, 3502 e 3605.
Área Auditada	Diretoria de Recursos Humanos / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2007 / 2009.</p> <p>Número de ações: 23 ações.</p> <p>Amostragem: 207 processos concessórios, sendo 72 de abono de Permanência, 60 Aposentadorias e 75 pensões Civas, totalizando o Universo de 132 servidores e 75 Instituidores de pensão.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da regularidade na concessão de Abono Permanência, Aposentadoria e Pensão aos servidores do INSS e seus dependentes; ▪ Certificação da habilitação de beneficiário na qualidade de companheiro, comprovada na data do óbito ou as concessões de benefícios de pensão por sentença judicial; ▪ Avaliação quanto às informações inseridas no SIAPECad; e ▪ Verificação do cômputo do Tempo de Serviço exercido pelos servidores e averbado na Instituição, analisando as certidões expedidas pelos Órgãos e/ou pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
Período da Ação	01/02/2009 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	4.028 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 11	AVALIAÇÃO DOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.
Ação nº.	2902, 3023, 3144, 3145, 3319, 3354, 3363, 3371, 3386, 3387 e 3460.
Área Auditada	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício 2009.</p> <p>Número de ações: 11 ações.</p> <p>Amostragem: 62 Unidades Pagadoras, monitorando as transferências de recursos entre as Superintendências Regionais e as Gerências Executivas, contas transitórias do ativo e passivo (a regularizar e/ou inconsistentes), pagamentos com incidência de juros e multa, processamento de restos a pagar (RAP); e rol de responsáveis.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos atos e fatos da gestão; ▪ Avaliação da confiabilidade dos registros; e ▪ Certificação da fidedignidade das informações no SIAFI.
Período da Ação	01/03/2009 a 31/10/2009.
Recursos Empregados	4.996 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 12	AVALIAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E SUBSTITUIÇÕES, PROCESSADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO.
Ação nº.	3258, 3263, 3361, 3365, 3370, 3375, 3376, 3399, 3406, 3411, 3424, 3437, 3461, 3462, 3463, 3464, 3465, 3466, 3472, 3476, 3487, 3499, 3501, 3503, 3527.
Área Auditada	Diretoria de Recursos Humanos / Superintendências Regionais / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2008 / 2009.</p> <p>Número de ações: 25 ações.</p> <p>Amostragem: Servidores com processamento da vantagem em Folha de Pagamento, sendo: 102 (Substituição); 102 (Auxílio-Transporte), (26) Ajuda de Custo e (98) Adicional de Insalubridade, totalizando o universo de 328 servidores.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos procedimentos nas concessões de vantagens e a implantação dos valores em folha de pagamento; e ▪ Verificação do direito, da comprovação e dos controles existentes.
Período da Ação	01/03/2009 a 31/10/2009.
Recursos Empregados	11.000 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 13	BENEFÍCIOS INDEFERIDOS E BENEFÍCIOS REABERTOS. (Obs.: Programa unificado com o Programa 17).
Ação n°.	3032, 3034, 3035, 3036, 3037, 3038, 3042, 3043, 3044, 3045, 3046, 3047, 3048, 3049, 3050, 3051, 3052, 3053, 3054, 3056, 3057, 3058, 3059, 3061, 3062, 3063, 3064, 3065, 3066, 3067, 3068, 3069, 3080, 3081, 3082, 3083, 3084, 3091, 3092, 3093, 3094, 3096, 3097, 3099, 3100, 3101, 3102, 3123, 3124, 3125, 3127, 3128, 3129, 3130, 3131, 3133, 3134, 3135, 3136, 3137 e 3139.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios / Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2008. Número de ações: 61 ações. Amostragem: 416 processos indeferidos e 438 processos reabertos. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de processos em 88 Agências da Previdência Social do Tipo A e B, 63 Gerências Executivas, abrangendo as 5 Superintendências Regionais do INSS, referentes aos benefícios indeferidos e reabertos no período de 01/01/2008 a 31/12/2008. ▪ Observação das normas e legislação aplicável; ▪ Avaliação da pertinência da reabertura e a aderência às normas quando da concessão dos processos de Pensão por Morte Previdenciária, Aposentadoria por Idade e Aposentadoria por Tempo de Contribuição; ▪ Avaliação dos indicadores de desempenho das Agências da Previdência Social, em relação aos índices referentes aos indeferimentos e reaberturas respectivas, por meio dos Sistemas Corporativos; e ▪ Verificação de fluxos e rotinas instituídos.
Período da Ação	23/03/2009 a 20/11/2009.
Recursos Empregados	13.000 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 14	CENSO PREVIDENCIÁRIO.
Ação nº.	3600.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período 11/2005 a 12/2007. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 1.066 benefícios. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da fidedignidade, confiabilidade e a integridade do cadastro, após o resultado do cruzamento dos dados utilizados no Sistema Único de Benefícios – SUB; ▪ Avaliação dos resultados a partir dos cruzamentos de dados realizados entre a base de dados do Censo com as bases de dados da Receita Federal do Brasil, do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Ministério da Saúde (MS/SIM), do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS e do Sistema Único de Benefícios (SUB) possibilitando a correção das informações invalidadas e/ou complementação no Cadastro do SUB, bem como o tratamento disponibilizado para sanar as inconsistências detectadas.
Período da Ação	Junho/2009 a Abril/2010.
Recursos Empregados	2.552 horas.
Fase de Execução	Programa em andamento.

Programa 15	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO RECURSAL (DESPACHO 03).
Ação nº.	3126, 3234, 3235, 3236, 3237, 3246, 3247, 3248, 3249, 3250, 3251, 3252, 3256, 3257, 3259, 3260, 3261, 3264, 3266, 3268, 3269, 3270, 3271, 3273, 3274, 3277, 3278, 3279, 3280, 3281, 3283, 3309, 3310, 3311, 3312, 3313, 3314, 3315, 3324, 3325, 3326, 3327, 3328, 3329, 3414, 3479, 3480, 3481 e 3483.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios / Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2008 /2009. Número de Ações: 49 ações. Amostragem: 707 benefícios. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de processos de Pensão por Morte, de Aposentadoria por Idade e por Tempo de Contribuição, concedidos no período de 01/01/2008 a 07/05/2009; ▪ Avaliação da correta utilização do despacho 03; ▪ Avaliação da instrução do processo de recurso; e ▪ Verificação do fiel cumprimento das decisões definitivas oriundas das Juntas de Recursos ou Câmaras de Julgamento.
Período da Ação	14/07 a 13/11/2009.
Recursos Empregados	1.212 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 16	VISÃO MULTIFATORIAL DO TRABALHO MÉDICO-PERICIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL.
Ação nº.	2923, 2925, 2929, 2939, 2940, 2941, 2945, 2946, 2949, 2950, 2951, 2952, 2953, 2954, 2955, 2956, 2957, 2958, 2959, 2960, 2961, 2962, 2964, 2965, 2966, 2967, 2968, 2970, 2971, 2972, 2973, 2974, 2975, 2976, 2977, 2978, 2979, 2980, 2981, 2982, 2983, 2984, 2988, 2991, 2992, 2993, 3011, 3012, 3013, 3014, 3015, 3016, 3017, 3022, 3024, 3025, 3040, 3088, 3089, 3090, 3095, 3098, 3103, 3104, 3105, 3184, 3189, 3194, 3254, 3298, 3299, 3300, 3301, 3302, 3316, 3317, 3379, 3380, 3381, 3389, 3390, 3391, 3392, 3393, 3394, 3395, 3396, 3397, 3398, 3400, 3412, 3413, 3414, 3427, 3428, 3429, 3430, 3431, 3432, 3433 e 3434.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios /Diretoria de Saúde do Trabalhador / Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2008. Número de ações: 101 ações. Amostragem: 1.866 laudos periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos laudos periciais de exame inicial, de dois peritos médicos com índices denegatórios extremos, correspondente à 93 GEXs, colhidos no período de 01/02/2008 a 31/12/2008, relativos a benefícios de auxílio-doença previdenciário e acidentário (B31/B91); ▪ Avaliação a qualidade do trabalho médico-pericial por meio de laudo médico-pericial quanto à fixação da data de início da doença (DID) e da data do início da incapacidade (DII), isenção de carência e qualidade do indeferimento; ▪ Avaliação das decisões médico-periciais por meio do laudo do exame inicial (AX1); ▪ Identificação as possíveis vulnerabilidades existentes na qualidade do trabalho médico-pericial em relação ao tempo de realização do exame pericial e ambiente de trabalho; ▪ Avaliação os controles internos instituídos visando à melhoria da qualidade do trabalho médico-pericial e dos processos da Instituição; e ▪ Registro das reclamações/denúncias formuladas junto à Ouvidoria com a qualidade e índices denegatórios dos Peritos Médicos Previdenciários, incluídos na amostra.
Período da Ação	03/03/2009 a 30/12/2009.
Recursos Empregados	35.000 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

Programa 18	MONITORAMENTO DO PAGAMENTO ALTERNATIVO DE BENEFÍCIOS/CRÉDITOS DIÁRIOS.
Ação nº.	3114, 3115, 3116, 3117, 3118, 3119, 3120, 3146, 3147, 3148, 3149, 3150, 3151, 3152, 3153, 3154, 3155, 3156, 3157, 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163, 3164, 3165, 3167, 3168, 3169, 3170, 3171, 3172, 3173, 3174, 3176, 3177, 3178, 3179, 3180, 3181, 3197, 3198, 3199, 3201, 3203, 3205, 3206, 3209, 3211, 3213, 3214, 3276, 3320, 3330, 3331, 3332, 3333, 3334, 3335, 3336, 3337, 3338, 3339, 3340, 3341, 3342, 3343, 3344, 3345, 3346, 3347, 3348, 3349, 3350, 3351, 3447, 3448, 3449, 3450, 3451, 3452, 3453, 3454, 3455, 3456, 3457, 3458, 3560, 3561, 3562, 3563, 3564, 3565, 3566, 3567 e 3568.
Área Auditada	Diretoria de Benefícios / Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 03/2009 a 12/2009.</p> <p>Número de Ações: 97 ações.</p> <p>Amostragem: 9.037 PAB / créditos diários.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos Pagamentos Alternativos de Benefícios realizados no período de março a dezembro de 2009; e ▪ Avaliação das autorizações selecionadas a partir de dados extraídos em prospecções realizadas nas Gerências Executivas, em razão dos itens definidos em “scripts” elaborados com o fito de se identificar as fragilidades do processo.
Período da Ação	07/07/09 a 31/12/09.
Recursos Empregados	15.760 horas.
Fase de Execução	Em fase de Relatório.

Programa 19	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS DO RGPS X CARGOS E BENEFÍCIOS DO RJU.
Ação nº.	3569, 3570, 3571, 3572, 3573, 3574, 3578, 3579, 3580, 3581, 3582, 3583, 3584, 3585, 3586, 3587 e 3596.
Área Auditada	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: competência setembro / 2009, com o arquivo espelho do SIAPE outubro / 2009.</p> <p>Número de Ações: 17 ações.</p> <p>Amostragem: 445 benefícios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Maciça da DATAPREV competência setembro / 2009, com os arquivos espelho do SIAPE outubro / 2009; e ▪ Avaliação da legalidade da acumulação dos benefícios pagos pelo RGPS em confronto com os cargos e benefícios concedidos pelo Regime Jurídico Único, buscando a correção imediata de possíveis distorções identificadas.
Período da Ação	30/11/2009 a 19/03/2010.
Recursos Empregados	1.472 horas.
Fase de Execução	Programa em andamento.

Programa 20	AÇÃO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA ACUMULADOS
Ação nº.	2933, 3055, 3073, 3074, 3075, 3076, 3077, 3078, 3079, 3108, 3109, 3110, 3111, 3112, 3196, 3200, 3202, 3204, 3207, 3208, 3210, 3212, 3284, 3285, 3286, 3287, 3288, 3289, 3290, 3291, 3292, 3293, 3294, 3295, 3296, 3297, 3388.
Área Auditada	Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício 2009</p> <p>Número de Ações: 37 ações.</p> <p>Amostragem: 3.359 processos concessórios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação quanto aos aspectos da eficiência e da eficácia dos controles, identificando as vulnerabilidades que possam permitir o recebimento indevido de benefícios por servidores.
Período da Ação	22/07/2009 a 04/12/2009.
Recursos Empregados	7.101 horas.
Fase de Execução	Programa Concluído. Relatório consolidado anexo a este documento.

3.1. RESUMO PAINT

Nº Programa	Programas de Auditoria Previstos no PAINT – 2009	Status
01	Avaliação da Prestação de Contas da Gestão/2009 e elaboração de Parecer de Auditoria.	Concluído
02	Qualidade da Gestão da Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – Contrato INSS x DATAPREV.	Concluído
03	Gestão do Atendimento dos sistemas SAE - Sistema de Agendamento Eletrônico, SIAE - Sistema de Informações do Agendamento Eletrônico e SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento.	Em Fase de Relatório Prazo – 31/03/2010.
04	Gestão das Informações Previdenciárias para Reconhecimento Inicial do Direito.	Concluído.
05	Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento.	Concluído.
06	Gestão de Contratos de Serviços.	Concluído.
07	Gestão das Aquisições de Materiais de Consumo e Permanentes.	Concluído.
08	Gestão de Obras e Reformas.	Concluído.
09	Monitoramento e Avaliação dos Acúmulos de Cargos.	Concluído.
10	Avaliação dos Benefícios de Abono de Permanência, Aposentadoria e Pensão concedida.	Concluído.
11	Avaliação dos Controles e Procedimentos na Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade.	Concluído.
12	Avaliação de Gratificações, Adicionais, Auxílios e Substituição, processados em Folha de Pagamento.	Concluído.
13	Benefícios Indeferidos e Benefícios Reabertos.	Concluído
14	Censo Previdenciário.	Em andamento Prazo – 30/04/2010.
15	Benefícios Concedidos em decorrência de Decisão Recursal (DESP. 03).	Concluído.
16	Perícia Médica.	Concluído.
17	Reabertura de Benefícios. (Incorporado ao Programa 13).	Concluído.
18	Monitoramento do PAB e Credito Diário.	Em Fase de Relatório Prazo – 31/03/2010.
19	Acumulação de Benefícios do RGPS X Cargos e Benefícios do RJU.	Em andamento Prazo – 30/04/2010.
20	Ação de Auditoria Extraordinária – Acumulados.	Concluído.

3.2. AÇÕES DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIAS E RISCO LOCAL

3.2.1. AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

a) Exercício de 2008

Programa 24	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2249.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	Apuração de indícios de irregularidades apontados pela Assessoria de Pesquisas Estratégicas e Gerenciamento de Risco – APEGR/PA, em benefícios das espécies 31, 41, 42, 87, 88 e 92, em face da Operação Flagelo desencadeada em regime de Força Tarefa – MPF/MPS/DPF/PA, em benefícios contidos no processo judicial nº 2006.39.00.007885-8, da Operação Casa Santa Fé Ltda. – Processo Administrativo nº 1.23.000.001664/2005-50, IPL 1087/2007 – SR/DPF/PA e do caso denominado Querubim.
Período da Ação	08/04/2008 a 26/11/2009.
Recursos Empregados	2.909 horas.
Resultados	Relatório consolidado em CD anexo a este Documento.

Programa 24	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2795.
Área Auditada	Agência da Previdência Social / SP - Leste.
Escopos Examinados	Denúncia formulada à Gerência Executiva São Paulo - Leste, concernente a irregularidades na concessão de aposentadorias por tempo de contribuição junto à APS Ermelino Matarazzo, supostamente praticadas por servidor.
Período da Ação	13/10/2008 a 19/12/2008, 02/02/2009 a 30/10/2009.
Recursos Empregados	2.408 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 24	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2803.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	Demanda oriunda da Assessoria de Pesquisa Estratégica – APE, decorrente dos trabalhos desenvolvidos pela Força Tarefa/MG IPL/294/95, alusivos à operação denominada Vôo Longo, por meio do Ofício 199/2006 encaminhado a esta Auditoria-Geral, com vistas a avaliar a concessão de benefícios com a utilização de vínculos inseridos de forma extemporânea no CNIS.
Período da Ação	06/10/08 a 31/03/09.
Recursos Empregados	606 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

b) Exercício de 2009

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2865.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncia formulada junto à Ouvidoria, sob o protocolo no SOU Web – AAFLO7383, assim como de forma apócrifa, atinentes a irregularidades na concessão de benefícios por incapacidade e da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, na APS Manaus – São José.
Período da Ação	02/02 a 31/03/2009.
Recursos Empregados	448 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2875.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	Demanda oriunda da Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE), acerca de irregularidades nas concessões de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Aposentadoria por Idade relacionadas no OFÍCIO/APE-GR/SE/MPS/SC nº 371/2008, de 18/09/2008, encaminhado à GEX em Joinville e no Relatório nº 014/2009/SC, de 05/03/2009 encaminhado por meio do Ofício/APE-GR/SE/MPS/SC nº 079, de 06/03/2009, à Auditoria Regional em Florianópolis.
Período da Ação	16/03/2009 a 26/06/2009.
Recursos Empregados	1.104 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2908.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	Demanda emanada do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, com vistas à avaliação das concessões de Auxílios-Doença Previdenciários ou Acidentários concedidos a trabalhadores de Telemarketing, visando evidenciar a necessidade de ações de proteção e segurança do Trabalhador, a serem promovidas pela Instituição.
Período da Ação	09/03/2009 a 17/04/2009.
Recursos Empregados	96 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	2969.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	Denúncia formulada junto à Controladoria Geral da União, enviada a esta Auditoria-Geral através do Ofício nº 15.535/2008/DSPAS/DP/SFC/CGU-PR, solicitando a realização de auditoria nas Unidades vinculadas à Superintendência Regional em Florianópolis, com vistas à apuração de possíveis irregularidades no cumprimento de carga horária de médicos peritos, mau atendimento e represamento de benefícios.
Período da Ação	18/05/2009 a 28/08/2009.
Recursos Empregados	736 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3405.
Área Auditada	Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncia recebida por meio do Ofício n.º 31078/2009 – DELEPREV/DREX/SR/DPF/SP de 29/06/2009, da Polícia Federal.
Período da Ação	01.07.2009 a 31.12.2009.
Recursos Empregados	2.880 horas.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3421.
Área Auditada	Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncia formulada junto à Controladoria Geral da União, enviada a esta Auditoria-Geral através do Ofício nº 30.934/2008 DSPAS/DP/SFC/CGU-PR, solicitando a realização de auditoria na APS Cametá/PA, com vistas a apurar possíveis irregularidades na supracitada Agência por parte de servidor.
Período da Ação	31/08/2009 a 11/12/2009.
Recursos Empregados	1.240 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3459.
Área Auditada	Agência da Previdência Social
Escopos Examinados	Denúncia sobre procedimentos preferenciais que estariam sendo praticado na Agência da Previdência Social Penha/SP.
Período da Ação	02/07/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	2.328 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3469.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	Denúncia anônima sobre a retirada de material de consumo das instalações do prédio da Gerência Executiva do INSS em Araraquara/SP em horário incompatível com o período de expediente normal.
Período da Ação	18 a 30.9.2009.
Recursos Empregados	144 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3525, 3575 e 3589.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncias formuladas junto à Corregedoria Regional Salvador e à Ouvidoria, concernentes a irregularidades na concessão / manutenção de benefícios por incapacidade, supostamente praticadas por servidor na APS Teixeira de Freitas/BA.
Período da Ação	03/11/2009 a 23/11/2009.
Recursos Empregados	212 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA.
Ação nº.	3531.
Área Auditada	Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncia recebida por meio do Ofício nº 002/07/APE-GR/SE/MPS/RO dando conta de práticas ilegais na APS Ouro Preto do Oeste/RO.
Período da Ação	02/05 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	2.416 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 20	EXTRAORDINÁRIA
Ação nº.	3598.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Denúncia encaminhada por meio do ofício nº 036/2009/GT/APEGR/PI/SE/MPS, referente à benefícios concedidos com indícios de irregularidade na Agência da Previdência Social em Lindolfo Monteiro/PI.
Período da Ação	14/09/2009 a 23/12/2009.
Recursos Empregados	384 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

3.2.2. AÇÕES DE RISCO LOCAL

a) Exercício de 2007

Programa 19	RISCO LOCAL.
Ação nº.	1603.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 12 Benefícios. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos procedimentos quanto à regularidade nos benefícios de Aposentadorias por Tempo de Contribuição com despacho normal (desp. 00) e com conversão (desp. 10), cujos titulares tinham menos de 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) anos de idade na Data de Início do Benefício – DIB.
Período da Ação	11/06/2007 a 27/11/2009.
Recursos Empregados	396 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 19	RISCO LOCAL.
Ação nº.	1605.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 12 Benefícios. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos procedimentos quanto à regularidade nos benefícios de Aposentadorias por Tempo de Contribuição com despacho normal (desp. 00) e com conversão (desp. 10), cujos titulares tinham menos de 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) anos de idade na Data de Início do Benefício – DIB.
Período da Ação	11/06/2007 a 06/10/2009.
Recursos Empregados	316 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 19	RISCO LOCAL.
Ação nº.	1880.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 15 benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da regularidade de benefícios concedidos por servidor citado na denúncia RSDE CJM n.º 1084, da Ouvidoria Geral da Previdência Social.
Período da Ação	22/09/2007 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	390 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

b) Exercício de 2008

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2262.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 10 benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação e identificação das causas para a acumulação indevida de benefícios das espécies 87 e 88 com os de outras espécies.
Período da Ação	07/04/2008 a 19/12/2008 e 09/02/2009 a 18/03/2009.
Recursos Empregados	273 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2263.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 10 benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação e identificação das causas para a acumulação indevida de benefícios das espécies 87 e 88 com os de outras espécies.
Período da Ação	07/04/2008 a 19/12/2008 e 09/02/2009 a 20/03/2009.
Recursos Empregados	281 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2264.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 10 benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação e identificação das causas para a acumulação indevida de benefícios das espécies 87 e 88 com os de outras espécies.
Período da Ação	07/04/2008 a 19/12/2008 e 09/02/2009 a 18/03/2009.
Recursos Empregados	273 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2265.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 10 benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação e identificação das causas para a acumulação indevida de benefícios das espécies 87 e 88 com os de outras espécies.
Período da Ação	07/04/2008 a 19/12/2008 e 09/02/2009 a 27/03/2009.
Recursos Empregados	321 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2272.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 30 Benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração dos fatos relatados pela DELEPREV e FTP/APEGR/MA referentes à “Operação Sétimo Dia”.
Período da Ação	07/04/08 30/10/2009.
Recursos Empregados	1.950 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548 e 2549.
Área Auditada	Gerências Executivas/ Agências de Atendimento de Demandas Judiciais (AADJ) / Equipe de Atendimento de Demandas Judiciais (EADJ).
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 07/2007 a 06/2008.</p> <p>Número de Ações: 19 ações.</p> <p>Amostragem: 19 Gerências.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação da estrutura das APSADJ/EADJ; ▪ Identificação de possíveis falhas/vulnerabilidades existentes nas APSADJ/EADJ, tanto operacionais quanto administrativas; ▪ Avaliação do quantitativo de servidores lotados nas APSADJ/EADJ e a demanda de trabalho; ▪ Identificação e quantificação das demandas judiciais evidenciando quais são as oriundas de erro na esfera administrativa; e ▪ Avaliação do Sistema de Gerenciamento de Demandas Judiciais (SIDJUD) e o Sistema de Benefícios / Controle Judicial / Cadastramento de Ação Judicial (SISBEN/JUD/CADJUD).
Período da Ação	30/06/2008 a 15/06/2009.
Recursos Empregados	1.073 horas.
Resultados	Relatório consolidado em CD anexo a este Documento.

Programa 23	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2788.
Área Auditada	Gerências Executivas / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 10 Benefícios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <p>Apuração de indícios de irregularidades em benefícios concedidos por servidor, relacionados pela FT/APE-GR/GO, das espécies 21 (Pensão por Morte), 41 (Aposentadoria por Idade), 42 (Aposentadoria por Tempo de contribuição) e 93 (Pensão por Morte Acidentária).</p>
Período da Ação	13/10/2008 a 03/05/2009.
Recursos Empregados	1.048 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

a) Exercício de 2009

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº	2860.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: 2009. Número de ações: 01 ação Amostragem: 05 processos Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o processamento em FP/2009, das ações judiciais, o cadastramento no SICAJ e o cumprimento das formalidades administrativas, conforme a sentença e as orientações da Assessoria Jurídica.
Período da Ação	02/02/2009 a 01/04/2009.
Recursos Empregados	440 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2874.
Área Auditada	Superintendência Regional.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: 2008 a 2009. Número de ações: 01 ação. Amostragem: 02 processos. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar, em caráter preventivo, os contratos formalizados para elaboração dos Projetos Executivos (Programa de Obras e Segurança), o gerenciamento, os controles internos e a qualidade dos serviços prestados.
Período da Ação	17/03 a 15/05/2009.
Recursos Empregados	939 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2915, 2944, 3072, 3121, 3186, 3403, 3442.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício de 2009.</p> <p>Número de ações: 07 ações.</p> <p>Amostragem: Convênios celebrados entre o INSS e 27 (vinte e três) Órgãos Municipais, para cessão de servidores</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação do cumprimento das instruções vigentes e de possíveis fragilidades no tocante à execução do Termo pelo cedente e cessionário, ao controle e à qualidade dos procedimentos operacionais e gerenciais, haja vista a co-responsabilidade da Instituição pelos encargos trabalhistas, a solidariedade tributária, e a necessidade de acompanhamento da execução do convênio.
Período da Ação	05/2009 a 10/2009.
Recursos Empregados	1.870 horas.
Resultado	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2920, 2921, 3122, 3142, 3143, 3353, 3366, 3041, 3404, e 3443.
Área Auditada	Gerências Executivas / Agências da Previdência Social
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2008 / 2009.</p> <p>Número de ações: 10 ações.</p> <p>Amostragem: 40 processos.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar procedimentos formais, legais e contratuais, bem como os relativos à Gestão das locações quanto aos recursos financeiros despendidos e ou recebidos e as medidas formais adotadas para registro desses atos.
Período da Ação	01/01/2009 a 31/12/2009.
Recursos Empregados	3.256 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2926.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 07 a 09/2008. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 345 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da atuação do trabalho da Equipe de Supervisão da Seção de Gerenciamento de Perícia Médica e Reabilitação Profissional da Gerência Executiva em João Pessoa/PB; e ▪ Apresentação de subsídios para aperfeiçoamento dos procedimentos de controle interno da Seção de Gerenciamento de Perícia Médica e Reabilitação Profissional da Gerência Executiva em João Pessoa/PB.
Período da Ação	01/04/2009 a 25/05/2009.
Recursos Empregados	388 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2934, 2935 e 2936.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2004 a 2008. Número de Ações: 03 ações. Amostragem: 524 benefícios. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do fluxo de trabalho das Gerências Executivas quanto aos benefícios por incapacidade acidentária passíveis de ação regressiva.
Período da Ação	16/03/2009 a 17/12/2009.
Recursos Empregados	3.568 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2985.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Aposentadorias concedidas a pessoas com menos de 45 anos na DIB.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 14 Benefícios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos procedimentos quanto à regularidade nos benefícios de Aposentadorias por Tempo de Contribuição com despacho normal (desp. 00) e com conversão (desp. 10), cujos titulares tinham menos de 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) anos de idade na Data de Início do Benefício – DIB, nas Agências da Previdência Social em Jurunas/PA e Marco/PA.
Período da Ação	27/04/2009 a 17/12/2009.
Recursos Humanos	552 horas.
Resultado	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2994.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Benefícios que foram objeto de agendamento eletrônico protocolado.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 221 procedimentos agendados.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos fluxos e das rotinas instituídas no atendimento, verificando se os mesmos propiciam confiabilidade, fidedignidade e resolubilidade na prestação dos serviços solicitados.
Período da Ação	18/03/2009 a 20/11/2009.
Recursos Empregados	6.514 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2996, 3006, 3030, 3182, 3183, 3192, 3193, 3227, 3228, 3041, 3402, 3420, 3484, 3528 e 3530.
Área Auditada	Gerências Executivas.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2008 / 2009.</p> <p>Número de Ações: 15 ações.</p> <p>Amostragem: 15 GEX/APS.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação, de forma quantitativa e qualitativa do acervo do MOB, bem como os motivos de sua existência; ▪ Conhecimento das dificuldades/motivos para o não atendimento às recomendações e determinações oriundas dos órgãos de controle interno/externo, enfatizando a sua importância e avaliando a eficiência/eficácia dos mecanismos instituídos pelas GEX para o controle desse atendimento. ▪ Verificação da localização física das Equipes do MOB de cada GEX e a quem estão técnica e administrativamente subordinadas, e ainda, conhecer os trabalhos desenvolvidos pelos servidores que atuam no MOB e a rotina dos procedimentos relativos à apuração de irregularidades.
Período da Ação	18/05/2009 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	4.648 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2997.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercícios de 2005 a 2009.</p> <p>Número de ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: Apuração de denúncia para atendimento do Ofício 36827/CGU-PR, de 23/12/05, processo nº. 35069.002118/2006-95 (SIPPS-24512992), que revela irregularidades acerca de acordos judiciais e processamento em FP, com autorização do Ordenador de Despesa na extinta Superintendência Estadual em Mato Grosso do Sul – 1993/1999.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação da procedência dos fatos relatados e a legalidade dos acordos trabalhistas cadastrados no SICAJ.
Período da Ação	01/06/09 a 26/06/09.
Recursos Empregados	352 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	2998.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: 2008.</p> <p>Número de ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 01 processo.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação da procedência da denúncia, cadastrada em 14.07.2008, código da manifestação BBBH54263, acerca de utilização de veículo oficial por servidores, inobservando as vedações contidas nas instruções vigentes.
Período da Ação	29/06/09 a 10/07/09.
Recursos Empregados	176 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n.º.	3001.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: 2008. Número de ações: 01 ação. Amostragem: 01 processo. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração de denúncia, para atendimento do Ofício n.º 42.021/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, de 30.12.2008 da Controladoria-Geral da União, processos n.º 00190.037895/2008-11 e apenso n.º 00190.039194/2008-17 (CGU), relacionadas às áreas de Recursos Humanos, Logística e Atendimento.
Período da Ação	06/07/09 a 18/12/09
Recursos Empregados	1.112 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n.º.	3003.
Área Auditada	Gerência Executiva.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: 2008. Número de ações: 01 ação. Amostragem: 01 processo. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação da veracidade dos fatos registrados na denúncia cadastrada no Sistema SOU, código BBBJ78193, pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social, relacionada à conduta irregular praticada por Médico Perito.
Período da Ação	08/09/2009 a 18/09/2009.
Recursos Empregados	128 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3028.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	Espaço Amostral: Exercício de 2007. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 30 Benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração de possíveis concessões irregulares em decorrência dos fatos contidos na Nota Técnica CGSI/015/2007.
Período da Ação	25/05/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	404 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3029.
Área Auditada	Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	Espaço Amostral: 12/02/2007 a 21/12/2007. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 20 Benefícios. Pontos de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração de possíveis concessões irregulares de benefícios em consequência da Nota Técnica CGSI/015/2007.
Período da Ação	25/05/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	348 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3303.
Área Auditada	Gerência Executiva/Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Aquidauana/MS, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	24/08/2009 a 04/09/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3304.
Área Auditada	Gerência Executiva/Agência da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS São Gabriel do Oeste/MS, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	24/08/2009 a 04/09/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3305.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agencia da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Catalão/GO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	13/07/2009 a 31/07/2009.
Recursos Empregados	60 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3306.
Área Auditada	Gerência Executiva/Agencia da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Uruaçu/GO com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	13/07/2009 a 31/07/2009.
Recursos Empregados	60 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3307.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agencia da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 15 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Jataí/GO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	03/08/2009 a 14/08/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3308.
Área Auditada	Gerência Executiva/Agencia da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 15 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Mineiros/GO com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	03/08/2009 a 14/08/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3321.
Área Auditada	Gerência Executiva / Unidade de Atendimento.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela Unidade de Atendimento PREVICIDADE Alexânia/GO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	13/07/2009 a 31/07/2009.
Recursos Empregados	60 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3322.
Área Auditada	Gerência Executiva / Unidade de Atendimento.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Período de 01/10/2008 a 18/06/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 15 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela Unidade de Atendimento PREVICIDADE Piracanjuba/GO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	13/07/2009 a 31/07/2009.
Recursos Empregados	60 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3353.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/01/2002 a 31/02/2006.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 43 benefícios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Denúncia protocolada sob o nº 35097.007849/1999-06, dirigida à APS Timóteo/MG, em que o denunciante informa acerca de trabalhadores da empresa ACESITA/SA, aposentados em área insalubre, em exercício de atividades sujeitas a agentes agressivos.
Período da Ação	20/07/2009 a 25/09/2009.
Recursos Empregados	02 servidores.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3362.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: Exercício 2008.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 30 benefícios.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apuração da regularidade de benefícios de Salário-Maternidade, haja vista o grande número de requerimentos de beneficiárias na condição de seguradas especiais, em APS da Gerência Executiva de São Luís/MA, com base na comparação da Agenda Eletrônica com outras Gerências da mesma Região, conforme informações prestadas pela Unidade.
Período da Ação	29/07/2009 a 30/11/2009.
Recursos Empregados	1.296 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3546.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopo Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/09/2009 a 31/10/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 10 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Naviraí/MS, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	23/11/2009 a 04/12/2009.
Recursos Empregados	80 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3547.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/09/2009 a 31/10/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 20 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Nova Andradina/MS, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	23/11/2009 a 04/12/2009.
Recursos Empregados	80 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3607.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/07/2009 a 31/10/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 20 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Gurupi/TO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	07/12/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação n°.	3608.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/07/2009 a 31/10/2009.</p> <p>Número de Ações: 01 ação.</p> <p>Amostragem: 20 laudos médico-periciais.</p> <p>Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Porto Nacional/TO, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	07/12/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3609.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/07/2009 a 31/10/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 20 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Laranjal do Jarí/AP, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	07/12/2009 a 18/12/2009.
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

Programa 21	RISCO LOCAL.
Ação nº.	3610.
Área Auditada	Gerência Executiva / Agências da Previdência Social.
Escopos Examinados	<p>Espaço Amostral: período de 01/07/2009 a 31/10/2009. Número de Ações: 01 ação. Amostragem: 20 laudos médico-periciais. Pontos de Auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da qualidade do trabalho médico - pericial na concessão de Auxílios Doença Previdenciário e Acidentário – Espécies B31 e B91, pela APS Santana/AP, com ênfase na análise da legalidade do direito inicial aos benefícios e uniformidade de condutas da equipe médica.
Período da Ação	07/12/2009 a 18/12/2009
Recursos Empregados	40 horas.
Resultados	Ação Concluída. Relatório em CD anexo a este documento.

3.3. AÇÃO 2562 - AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS

As atividades da Auditoria Interna, juntamente com as atividades de Corregedoria e de Tomada de Contas Especial são abrangidas pelo Programa de Governo 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários, Ação 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos. Desta forma, os resultados em termos físicos e financeiros relativos aos programas nacionais, ações extraordinárias e ações de riscos locais, estão diretamente associados a esse Programa/Ação.

Quanto à execução física da referida ação, de acordo com o planejamento de Auditoria para o exercício de 2009 e com o PAINT/2009, aprovado no início do exercício, foram previstas, inicialmente, 690 ações a serem realizadas. No que se refere à Corregedoria e TCE, integrantes desta Ação, cuja meta é instauração de procedimentos, foram previstas 650 e 75, respectivamente, totalizando o quantitativo de 1.415 ações/instaurações.

A execução da Ação no exercício totalizou 1463 registros, representando um acréscimo de 3,40% em relação ao previsto, envolvendo ações de auditoria e instaurações nas áreas afetas da Corregedoria e TCE, assim distribuídos:

- a) A Auditoria realizou 696 (seiscentas e noventa e seis) ações;
- b) A Corregedoria instaurou 732 (setecentos e trinta e dois) procedimentos, e
- c) A TCE instaurou 35 (trinta e cinco) procedimentos.

3.4. DEMONSTRATIVO DE AÇÕES CONCLUÍDAS POR UNIDADE DE AUDITORIA

PROGRAMA	AÇÕES CONCLUÍDAS									TOTAL	
	AUDGER	AUDSP	AUDBHZ	AUDRJ	AUDELO	AUDREC	AUDSAL	AUDBSB	AUDMAN		
001	Avaliação da Prestação de Contas da Gestão/2009 e elaboração de Parecer de Auditoria.	1								1	
002	Qualidade da Gestão da Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – Contrato INSS x DATAPREV	1	1	2	2	3	1	2	7	4	23
003	Gestão do Atendimento dos sistemas SAE - Sistema de Agendamento Eletrônico, SIAE - Sistema de Informações do Agendamento Eletrônico e SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	1									1
004	Gestão das Informações Previdenciárias para Reconhecimento Inicial do Direito						11				11
005	Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento	2									2
006	Gestão de Contratos de Serviços.	2	5	4	4	6	4	7	5	1	38
007	Gestão das Aquisições de Materiais de Consumo e Permanentes.	2	4	4	5	3	4	10	4	1	37
008	Gestão de Obras e Reformas.	1	3	2	3	4	1	2	3		19
009	Monitoramento e Avaliação dos Acúmulos de Cargos	1	4	4	7	1	3	7	9	1	37
010	Avaliação dos Benefícios de Abono de Permanência, Aposentadoria e Pensão concedida.	1	3	3	2	3	5	3	2	1	23
011	Avaliação dos Controles e Procedimentos na Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade		2	1	1	2	2	1	2		11
012	Avaliação de Gratificações, Adicionais, Auxílios e Substituição, processados em Folha de Pagamento.	2	3	2	2	3	2	3	7	1	25
013	Benefícios Indeferidos e Benefícios Reabertos		13	10		13	13	5	5	3	62
015	Benefícios Concedidos em decorrência de Decisão Recursal (DESP. 03)	1	8	6	4	6	11	5	6	2	49
016	Perícia Médica.	1	23	15	7	19	14	7	11	4	101
018	Monitoramento do PAB e Crédito Diário		23	15	7	19	12	7	11	3	97
020	Extraordinária		3	1		15	2	12	15	2	50
021	Risco Local		2	31	3	2	2		22		62
Ações de Exercícios Anteriores Concluídas em 2009			10	1		19		7	10		47
TOTAL DE AÇÕES POR UNIDADE DE AUDITORIA		16	107	101	47	118	87	78	119	23	696

4. REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

4.1. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ORIUNDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

As providências informadas pelos gestores, visando ao atendimento de Recomendações ou Determinações emitidas pelos Órgãos de Controle Externo, estão contidas nos Anexos I e II.

4.2. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELA AUDITORIA INTERNA

As Recomendações emitidas pela Auditoria Interna do INSS, apresentadas no Anexo III, têm por objetivo contribuir com a melhoria da gestão e fortalecer os controles internos instituídos pela Autarquia.

Para as ações corretivas, a Auditoria-Geral orienta suas projeções regionais a aplicarem as Notas de Auditoria – NA, que permitem ao gestor a imediata eliminação de disfunções operacionais.

Conforme registros no Sistema de Informações Gerenciais da Auditoria - SIGA, foram emitidas 2.768 recomendações nas ações desenvolvidas em âmbito nacional em 2009, dispostas da seguinte forma:

4.2.1. DEMONSTRATIVO DE RECOMENDAÇÕES 2009 - AÇÕES EM ÂMBITO NACIONAL / RISCO LOCAL / EXTRAORDINÁRIAS

AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES			
	EMITIDAS	IMPLEMENTADAS	EM IMPLEMENTAÇÃO	
			DENTRO DO PRAZO	FORA DO PRAZO
Auditoria-Geral	187	26	148	13
São Paulo	333	132	201	0
Belo Horizonte	299	96	124	79
Rio de Janeiro	479	96	40	343
Florianópolis	544	258	119	167
Recife	261	67	50	144
Salvador	270	64	157	49
Brasília	296	47	70	179
Manaus	99	69	23	7
TOTAL	2768	855	932	981

4.3. AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA E OUTRAS DENÚNCIAS RECEBIDAS

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social tem por missão defender, no âmbito da Previdência Social, os direitos do cidadão, contribuindo para satisfação das necessidades dos usuários e maior credibilidade da Instituição.

O quadro a seguir demonstra os diversos tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria do MPS, ao longo do exercício de 2009, e os respectivos percentuais de resposta ou encerramento.

RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES, DENÚNCIAS E ELOGIOS						
Tipo de Ocorrência	Total de casos					Índice de Resposta / Encerramento
	Registrados	Pendentes na Ouvidoria para análise	Aguardando encaminhamento às áreas solucionadoras	Pendentes nas áreas solucionadoras	Respondidos / Encerrados	
Benefício	76.099	2.623	54	16.277	57.145	75%
Atendimento Bancário	37.799	7.163	19	2.375	28.242	75%
Atendimento Previdenciário	34.499	5.914	106	8.101	20.378	59%
Denúncia	15.685	866	4	6.352	8.463	54%
Solicitação Diversa	13.631	1.666	1	567	11.397	84%
Elogio	5.494	44	0	0	5.450	99%
Arrecadação/Fiscalização	5.704	228	0	166	5.310	93%
Sugestão	1.837	69	0	0	1.768	96%
Servidor	5	5	0	0	0	0%

Fonte: Sistema SOUweb (Registros Cadastrados entre: 01/01/2009 até 31/12/2009 - Brasil)

Conforme informação da área responsável, por determinação do órgão de Controle Externo, houve modificação de sua metodologia, quantificando o número de manifestação por data de cadastramento da demanda. Na metodologia anterior, por exemplo, uma demanda de 2005, que em 2009 era devolvida a Unidade Solucionadora por resposta não conclusiva, estatisticamente passava a ser considerada em 2009, impossibilitando uma visão histórica e a comparação anual precisa dos dados.

Objetivando aferir a quantidade dos registros, foram solicitadas informações complementares relativas às tipificações das ocorrências cadastradas/registradas pela Ouvidoria no exercício de 2009, como: código de manifestação, data do cadastramento, área solucionadora destinada e a situação atual com datas de resolubilidade, por tipos de ocorrências, as quais não foram atendidas até o fechamento deste relatório.

Coube à Auditoria em 2009, como área demandada, a avaliação e apuração de 98 (noventa e oito) denúncias cadastradas na Ouvidoria e recebidas pela CGU, encontrando-se 30 (trinta) com pendência de resolubilidade.

As denúncias recebidas diretamente pelos Órgãos, com as respectivas providências, encontram-se inseridas no Anexo IV.

5. RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

Ao INSS cabe a execução e a condução de quatro Programas de Governo. São eles: Previdência Social Básica (0083), Qualidade dos Serviços Previdenciários (0085), Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União (0088), Educação Previdenciária (1079), dentre os gerenciados pelo Ministério da Previdência Social – MPS. O Instituto administra as despesas nas suas unidades orçamentárias - a do próprio INSS-33201 e a do Fundo de Regime Geral da Previdência Social - FRGPS – 33904.

Ainda como unidade executora, gerencia recursos transferidos de outros Órgãos, relacionados a ações governamentais voltadas a sua missão institucional, dentre elas a Unidade Orçamentária Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda – 71101.

5.1. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Programa de Auditoria nº 005/2009 - Monitoramento no SIGPlan foi desenvolvido em duas etapas, visando atender ao previsto no PAINT 2009, tendo por objeto os Programas e Ações Governamentais relativos ao Plano Plurianual – PPA, executados no INSS no período de janeiro a novembro de 2009, considerando os objetivos propostos de:

- Avaliar, de forma tempestiva, a inserção dos dados relativos à execução física e financeira dos Programas e Ações estabelecidos no PPA, sob responsabilidade do INSS;
- Verificar a inserção das informações quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos e sua correspondência com a execução física/financeira, especialmente quanto à exigência dos comentários a serem efetuados nos campos específicos do SIGPlan, consoante as normas que regem a matéria.

Para as constatações verificadas, foram emitidas recomendações dirigidas à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, tendo em vista as competências definidas no Anexo da Portaria MPS nº 296, de 09 de novembro de 2009, quanto ao assessoramento, acompanhamento e coordenação relativos às ações do Plano Plurianual, do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação do INSS.

Assim, incumbe à área estratégica efetuar gestões junto aos coordenadores de ações das áreas responsáveis, visando à regularização dos registros, de forma a apresentar informações consistentes que permitam avaliarem-se as metas, os resultados, as dificuldades e

as medidas adotadas para o atingimento dos objetivos estratégicos associados ao PPA.

A seguir, são apresentadas as constatações verificadas, além do quantitativo de saldos registrados à conta de Restos a Pagar, tendo por relevância a proximidade de encerramento do exercício, ressaltando-se que representam resultados parciais, considerando o período amostral abrangido pelas ações, de janeiro a novembro/2009, e que deverão ser consubstanciados por ocasião da análise do Relatório de Gestão e da avaliação da prestação de contas anual da Entidade.

a) Divergências nos registros dos sistemas SIAFI e SIGPlan

EVIDÊNCIA	
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Diferença de R\$112.146,59 nos registros de realização de despesas entre os sistemas SIAFI e SIGPlan, compreendendo os valores de R\$19.703.821,41 e R\$19.815.968,00, respectivamente.
Ação 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	Divergência entre os sistemas SIAFI, cuja dotação autorizada consta R\$484.521.250,00 e o SIGPlan, contendo registro de R\$484.431.250,00, evidenciando-se a diferença de R\$90.000,00
Ação 116V - Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	Divergência de R\$443.850,00 nos registros de liquidação de despesas, evidenciada nos seguintes detalhamentos dos sistemas SIAFI e SIGPLAN, com reflexo nas suas totalizações: a) Plano Interno /SIAFI: R4GEXSOB.02 - APS Tauá/GEX Sobral/CE no valor executado de R\$106.150,00, enquanto no SIGPlan - Localizador 0090 /Tauá/CE - o valor liquidado é de R\$550.000,00
Ação 114M – Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS	<i>em seu cabeçalho consta informada a Data de Início da obra em 01/2009 e Data de Término em 11/2010; já no campo “Comentários dos Dados Físicos e Financeiros”, mês set/09, informou alteração na “Previsão Corrigida”, assim atribuído: “... visto que foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, visando a redução de 06 meses no prazo para conclusão da obra, ou seja, de setembro para março de 2010”</i>
Ação 8426 - Regularização e Desmobilização de Imóveis do INSS	Divergência de informações, evidenciadas no campo “Comentários dos Dados Físicos e Financeiros” onde aduz alienação de 45 imóveis, discriminando-os nos meses: julho=03, agosto=18, setembro=04, outubro=06 e novembro=14, entretanto, o quantitativo informado na coluna “Físico Realizado” é de 49 imóveis

b) Inconsistências de registros no SIGPlan

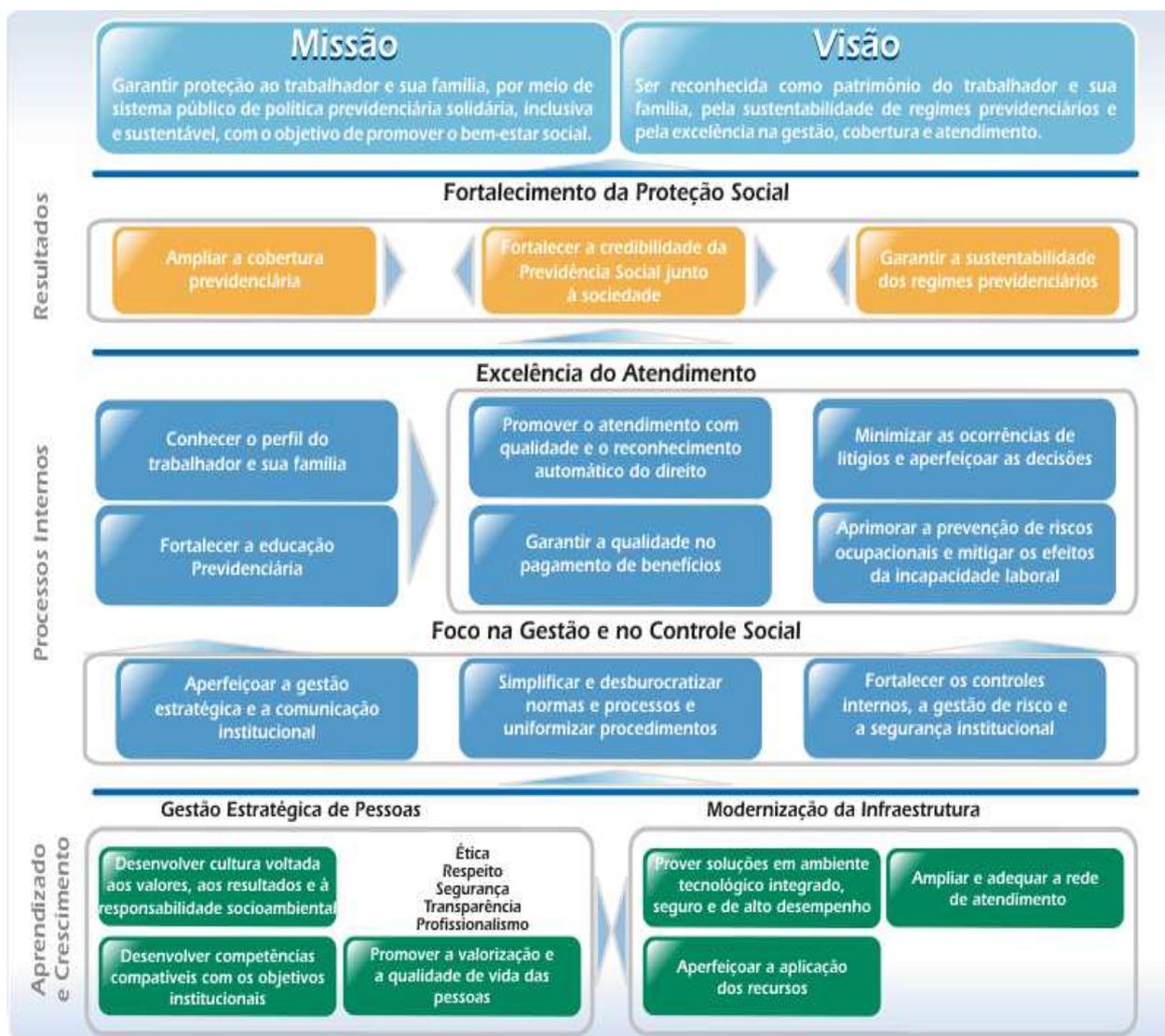
EVIDÊNCIAS	
2292 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	Inadequação do quantitativo informado no campo “Físico/Previsão Inicial” (273.517.968) com o da “LOA” (294.498.000)
2564 - Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	Incompatibilização dos quantitativos informados acerca Dados Físicos, no campo “Previsão Inicial” (2.684.393.255), superior ao da “LOA” (2.644.740.000)
8440 - Recadastramento Previdenciário	Inadequação do quantitativo de Dados Físicos informado no campo “Previsão Corrigida” (1.501.126) com o da “LOA + Crédito” (2.791.720)
2A57 - Remuneração dos Serviços Postais	Inadequação na informação de Dados Físicos, campo “Previsão Inicial” (65.522.300) superior ao da “LOA” (24.350.145)
2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	Ausência de discriminação mensal dos Dados Físicos no campo “Previsão Inicial”
3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	Ausência de informações no campo de Dados Físicos, bem assim necessidade de esclarecimentos complementares referentes à utilização de R\$2,78 milhões, à vista da até então não realização física pertinente ao produto da Ação - ambiente tecnológico modernizado
4405 - Previdência Eletrônica	Inadequação na informação de Dados Físicos, campo “Previsão Inicial” (98.640.000) superior ao da “LOA” (81.410.736)
5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	a) Inconsistência na informação de Dados Físicos, campo “Total Previsão Corrigida” (68) com o de “LOA” ou “LOA + Crédito” (87); b) Necessidade de informações complementares, relativas ao não alcance das 87 obras previstas, tendo em vista a execução de 30% das mesmas até novembro/2009
8869 - Reformas e Adaptações das Unidades do INSS	Necessidade de esclarecimentos complementares, tendo em vista que até novembro/2009 a quantidade de Unidades reformadas superou em 67% à previsão anual, enquanto a execução financeira apresentada para o mesmo período foi de 3,94% do valor aprovado e de 1,50% no que se refere a Restos a Pagar
10FH - Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital	Inadequação do quantitativo de Dados Físicos informado no campo “Previsão Inicial” (35) com o da “LOA” (153)
114M - <i>Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS</i>	Inconsistência do quantitativo informado de Dados Físicos no campo “Previsão Corrigida” (76,380) com o do “LOA + Crédito” (6), considerando que o citado campo se altera quando há alteração da LOA, o que não se verifica no sistema (6)
2582 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial	Divergência de quantitativo de Dados Físicos informado no campo “Previsão Inicial” de 943.176 benefícios processados em relação ao discriminado no campo “LOA” (928.582)

EVIDÊNCIAS	
0536 - Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	Inadequação do quantitativo de Dados Físicos informado no campo “Previsão Inicial” (126.780) com o da “LOA” (122.124)
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Ausência de discriminação mensal dos Dados Físicos no campo “Previsão Inicial”
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Inadequação do quantitativo de Dados Físicos informado no campo “Previsão Inicial” (149.700) com o da “LOA” (194.543)
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Ausência de discriminação mensal dos Dados Físicos no campo “Previsão Inicial”
2282 - Formação de Disseminadores Externos das Informações	Informações de Dados Físicos “Previsão Corrigida” (10.000.000) divergentes do quantitativo aprovado “LOA + Crédito” (6.965)
2284 - Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária - Nacional	Informações de Dados Físicos “Previsão Corrigida” (415.000) divergentes do quantitativo aprovado “LOA + Crédito” (414.929)
009W - Compensação Previdenciária	Informações inadequadas pertinentes aos Dados Físicos, em face da unidade de medida “milhar” adotada para esta Ação no SIGPlan, evidenciando, equivocadamente, uma execução física de 150.107,40%, deixando aparente, se o gestor utilizou-se unidade de milhar, cabendo, portanto a revisão, e ainda, a divergência dos quantitativos entre o campo “Previsão Corrigida” (2.500.000) e o de “LOA + Crédito” (1.000)
0137 - Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	Necessidade de esclarecimentos complementares quanto aos recursos orçamentários, tendo em vista informação no Sistema, de que a meta estaria superestimada e decrescente
0141 - Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana	Necessidade de esclarecimentos complementares alusivos à dotação orçamentária, tendo em vista variação superior a 100% na execução física da Ação em relação ao seu quantitativo aprovado

5.2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A avaliação dos indicadores de desempenho foi realizada considerando o Plano de Ação Institucional delineado para o exercício de 2009, consoante as diretrizes estratégicas inseridas no Mapa Estratégico do INSS.

Mapa Estratégico do INSS



De acordo com o Mapa acima, os direcionadores estratégicos “*Excelência do Atendimento*” e “*Foco na Gestão e Controle Social*” estão associados aos **Processos Internos**, enquanto os direcionadores “*Gestão Estratégica de Pessoas*” e “*Modernização da Infraestrutura*” estão associados ao **Aprendizado e Crescimento**. Os referidos direcionadores possuem objetivos estratégicos, para os quais foram elaborados indicadores que têm por finalidade a mensuração dos resultados obtidos em relação às metas estabelecidas para o exercício.

Nesse contexto, foi realizada a avaliação dos indicadores de desempenho, considerando os requisitos previstos no Inciso II do art. 7º da IN SFC nº 01/2007, bem assim os resultados apresentados:

a) MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho	1.1.1. Implantar o Portal do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS	Quantidade de sistemas implantados	8	1	DIRBEN	Benedito Adalberto Brunca	3896
	1.1.2. Implantar o Sistema Integrado de Benefícios – SIBE 1	Quantidade de sistemas implantados	6	2	DIRBEN	Benedito Adalberto Brunca	3896
	1.1.3. Prover solução de controle de autenticação de acesso físico e lógico com alto nível de segurança	Quantidade de usuários contemplados	47.000	0	CGTI	Alan do Nascimento Santos	3896
Ampliar e adequar a rede de atendimento	1.2.1. Implementar o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS	APS instalada	720	1	DIRAT	Luis Henrique Fanan	116V
	1.2.2. Adequar a estrutura física das Unidades do INSS	Unidade adequada	205	116	CGPEI	Guilherme Fernando Scandelai	8869 e 5509

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Aperfeiçoar a aplicação de recursos	1.3.1. Instalar Centros de Documentação Previdenciária	Unidade instalada	30	24	DIROFL	Guilherme Fernando Scandelai	10HF
	1.3.2. Recuperar e reformar o Edifício Sede do INSS	% realizado	75%	77%	CGPEI	Guilherme Fernando Scandelai	114M
	1.3.3 Alienar imóveis não-operacionais	Imóvel alienado	200	95	CGPEI	Guilherme Fernando Scandelai	8426

Avaliação da Auditoria:

Os resultados para o provimento de soluções quanto ao ambiente tecnológico se apresentam insatisfatórios, sendo justificadas pela área responsável restrições quanto à divulgação de cronograma de migração da GFIP pela DATAPREV, deficiência técnica e de infraestrutura para disponibilização de produção. Esses fatos demonstram a susceptibilidade a fatores externos que prejudicam os resultados.

Os resultados destes indicadores nem sempre demonstram o esforço executado pelos administradores para cumprimento de suas metas, neste sentido observa-se:

A ampliação e adequação da rede de atendimento apresentam resultados muito abaixo dos previstos, entretanto, a análise detalhada das etapas que compõem a ação, demonstra outros resultados, considerando o esforço realizado pelos administradores, como exemplo as 80 (oitenta) Agências da Previdência Social que se encontram em construção e 320 (trezentos e vinte) obras contratadas referentes ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento- PEX

No aperfeiçoamento e aplicação de recursos, a ação de alienação de imóveis, apresenta resultados abaixo da meta prevista, necessitando que os gestores reavaliem as metas no seu planejamento, no entanto se avaliada de forma comparativa com os exercícios anteriores, demonstra que a Instituição adotou os pré-requisitos básicos para a realização de alienação de forma eficaz, revendo a regularização documental dominial, a avaliação dos valores de mercado executados de forma tempestiva e ainda, a capacitação dos servidores para a execução dos procedimentos.

Ainda, em relação à aplicação dos recursos, deve-se ressaltar que a recuperação do edifício-sede apresenta resultado bastante satisfatório, considerando-se que o porte da obra representaria riscos para execução do cronograma físico-financeiro. Na instalação de centros de documentação o alcance de 80% da meta prevista pode ser considerado um bom resultado.

b) GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade e socioambiental	2.1.1. Implementar agenda de disseminação e internalização dos valores organizacionais, desenvolvimento da cultura por resultados e da responsabilidade e socioambiental	% de implementação	100%	60%	DRH	Walter Shiguero Emura	2.000
	2.2.1. Implementar o Programa de Educação Continuada	servidor capacitado	35000	67872	DRH	Walter Shiguero Emura	4572, 2635 e 2278
Desenvolver competências compatíveis com os objetivos institucionais	2.3.1. Implementar o Programa de Gestão por Competência	% de implementação	100%	73%	DRH	Walter Shiguero Emura	2000
Promover a valorização e a qualidade de vida das pessoas	2.3.2. Implementar Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas	% de implementação	100%	30%	DRH	Walter Shiguero Emura	2000

Avaliação da Auditoria:

Em relação ao desenvolvimento de cultura aos valores, aos resultados e à responsabilização socioambientais, à implantação de educação continuada, à gestão por competência, e ainda à valorização e qualidade de vida das pessoas, observam-se resultados insatisfatórios, merecendo dos gestores reavaliação das metas planejadas.

Aspecto a ser destacado refere-se ao Programa de Educação Continuada, cujo índice superou em 93% a previsão inicial de 35.000 (trinta e cinco mil) servidores capacitados, demonstrando a grande adesão a esta forma de disseminação de conhecimento.

Desta forma, no tocante à gestão de pessoas, observa-se, pelos resultados que a Instituição necessita de evolução quanto a esse direcionador. Deve-se ressaltar que, ao se obter melhores resultados nesse aspecto, as atividades nas áreas meio e fim da Instituição estarão sendo fortalecidas com servidores motivados e qualificados.

c) FOCO NA GESTÃO E NO CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Aperfeiçoar a gestão estratégica e a comunicação institucional	3.1.1. Implantar Salas de Monitoramento e Avaliação do Desempenho na Administração Central e nas Superintendências Regionais	Salas de Monitoramento Instaladas	6	6	DIRAT	Luis Henrique Fanan	2D15
	3.1.2. Aperfeiçoar a gestão das unidades de atendimento	Unidades com modelo implantado	300	1181	DIRAT	Luis Henrique Fanan	2D15
	3.1.3. Implantar o Portal do INSS na Intraprev	% de implementação	100%	70%	ACI/INSS	Melissa Miotto	3896, 2272 (Programa 0087)
	3.1.4. Garantir o Funcionamento dos Conselhos de Previdência Social	% de conselhos em funcionamento	100%	98%	ASSES / PRES	Francisco José Barbosa	2272 (Programa 0087)
Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos	3.2.1 Simplificar e consolidar atos normativos	% de atos simplificados	100%	25%	GAB / PRES	Lilian Nery da Fonseca Coelho	2272 (Programa 0087)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Fortalecer os controles internos, a gestão de risco e a segurança institucional	3.3.1 Implantar ambiente de monitoração de informações cadastrais e de pagamento de benefícios	% de implantação	100%	10%	DIRBEN	Benedito Adalberto Brunca	2591

Avaliação da Auditoria:

Para o objetivo relativo ao aperfeiçoamento da gestão estratégica e da comunicação institucional os resultados foram expressivos, representando evolução no monitoramento de processos/atividades relevantes da gestão.

Em relação ao foco na gestão e no controle social, evidencia-se que, por um lado a gestão estratégica apresentou evolução com a implantação de 100% das salas de monitoramento previstas, assim como a realização de reuniões técnicas para implantação das unidades modelos que abrangeu toda a rede de atendimento. No entanto, os indicadores voltados à simplificação dos atos e fortalecimento dos controles contribuíram negativamente nos resultados desse direcionador.

d) EXCELÊNCIA DO ATENDIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Conhecer o perfil do trabalhador e de sua família	4.1.1. Promover a formalização dos empreendedores individuais	Empreendedor Individual formalizado	500000	129538	DIRBEN	Benedito Adalberto Brunca	2284
	4.1.2. Promover o cadastramento dos segurados especiais	Segurado especial cadastrado	6500000	95	DIRBEN	Benedito Adalberto Brunca	2591

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Fortalecer a educação previdenciária Fortalecer a educação previdenciária	4.2.1. Formar disseminadores externos	Disseminadores formados	10000	11594	SPEP	Luis Henrique Fanan	2282
	4.2.2 Implantar projeto de formalização de trabalhadores domésticos e da construção civil	Disseminadores formados	100%	100%	DIRAT	Luis Henrique Fanan	2284
Promover o Atendimento com qualidade e o reconhecimento automático do direito	4.3.1 Atender e decidir os requerimentos iniciais de aposentadorias e salário-maternidade em até 30 minutos	Tempo Médio de Atendimento – TMA	30'	37'	SGA	Luis Henrique Fanan	2D15
	4.3.2a Agilizar a análise de requerimentos iniciais de benefícios em estoque	Tempo Médio de Concessão – TMC	15 dias	24 dias	SUIBE	Luis Henrique Fanan	2563
	4.3.2b Agilizar a análise de requerimentos iniciais de benefícios em estoque	Processos com mais de 90 dias	0	28104	SUIBE	Luis Henrique Fanan	2563

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Promover o Atendimento com qualidade e o reconhecimento automático do direito	4.3.3a Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado	% de unidades com TMEA <= a 30 dias	90%	91%	SIAE	Luis Henrique Fanan	2563
	4.3.3b. Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado	Quantidade de agendamentos > a 45 dias	ZERO	32628	SIAE	Luis Henrique Fanan	2563
	4.3.4a. Reduzir o Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada	% de Unidades com TMEA – Perícia Médica <= 5 dias	70%	34,22%	EXTRAÇÃO	Luis Henrique Fanan	2578
	4.3.4b. Reduzir o Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada	Quantidade de perícias agendadas > a 30 dias	ZERO	53733	SUIBE - GD	Luis Henrique Fanan	2578
	4.3.5. Ampliar a oferta de serviços pelos canais remotos por meio de implementação da Agência Eletrônica da Previdência Social	% de serviços ofertados	100%	97%	DIRAT	Luis Henrique Fanan	4405

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Minimizar as ocorrências de litígios e aperfeiçoar as decisões	4.4.1. Reduzir o estoque de processos de recurso administrativo	Quantidade de processos de recurso administrativo em estoque (ref.: 12/2008)	135770	229.794	CRPS	Benedito Adalberto Brunca	2591
	4.4.2. Aperfeiçoar a qualidade das decisões administrativas para minimizar os litígios judiciais	% de concessões por decisão judicial em relação ao total de benefícios concedidos	6,30%	8,53%	SUIBE	Miguel Angelo Sedrez Junior	2294
	4.4.3. Reduzir o estoque de processos de revisão	Quantidade de processos de revisão em estoque (ref.: 12/2008)	95450	74758	INFGER	Benedito Adalberto Brunca	2591
Garantir a qualidade no pagamento de benefícios	4.5.1. Eliminar o estoque de Pagamentos Alternativos de Benefícios – PABs pendentes de auditoria e cancelados pelas GEX com mais de 90 dias	Quantidade de PABs pendentes de auditoria e cancelados com mais de 90 dias	0	6193	SUIBE	Benedito Adalberto Brunca	2591

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2009	REALIZADO	FONTE	RESP.	AÇÃO
Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	4.6.1 Promover a reabilitação profissional para os segurados da Previdência Social	Nº de segurados reabilitados	25000	18567	BERP-Bol	Cezar Augusto de Oliveira	2585

Avaliação da Auditoria:

Os indicadores inseridos no objetivo estratégico de atendimento com qualidade e de reconhecimento automático do direito apresentam resultados inferiores à meta planejada, oportuno observar que ainda persistem as deficiências em relação aos aplicativos utilizados para aferição da quantificação dos resultados no atendimento. No que se referem aos agendamentos, os resultados representam evolução, embora não tenham atingido índices expressivos.

Considerações Gerais sobre os Indicadores:

Avalia-se que os indicadores instituídos pelo INSS, disponibilizados na rede interna da Instituição - Intraprev, encontram-se alinhados aos objetivos estratégicos, relacionando-se a Programas e Ações Governamentais relativos ao Plano Plurianual - PPA.

Do total de 35 indicadores de desempenho, há absoluta predominância de indicadores abordando o aspecto da eficiência da gestão, evidenciando desequilíbrio na abordagem sob as cinco dimensões do desempenho.

Com relação aos requisitos de qualidade e confiabilidade, que devem ser observados para elaboração dos indicadores, não se encontram disponibilizadas as informações necessárias à avaliação em relação ao que dispõe a Instrução Normativa nº 01, de 03/01/2007.

5.3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Na avaliação dos controles instituídos pela Autarquia, verifica-se que houve melhorias com a implementação de ações, tais como: capacitações, rotinas de supervisão, sistematização de informações gerenciais, edição de normativos, dentre outras.

Em âmbito estratégico, destacam-se:

- **Planejamento Estratégico e Plano de Ação do INSS para 2009.**

Foi elaborado por gestores do Ministério da Previdência Social, do INSS e da Dataprev, o Planejamento Estratégico da Previdência Social para o período de 2009 a 2015,

sendo definidos a missão, a visão, os valores, os direcionadores e os objetivos estratégicos para a Previdência Social. Esses elementos são direcionadores para todas as atividades da Instituição e em especial, para o planejamento das ações estratégicas. Foram definidos ainda, cinco direcionadores estratégicos modernização da infra-estrutura, gestão estratégica de pessoas, foco na gestão e no controle social, excelência do atendimento e fortalecimento da proteção social, que serviram de alicerce à elaboração do Plano de Ação do INSS para 2009, aprovado pela Resolução nº 63/INSS/PRES, de 4/2/2009. Aos direcionadores foram vinculados vinte objetivos que resumem o que deverá ser alcançado para o sucesso da Instituição em sua missão.

▪ **Implantação do Painel de Controle**

Esse dispositivo permite o acompanhamento de ações associadas aos direcionadores estratégicos e respectivos objetivos, especialmente ao de “**Excelência do Atendimento**” e ao de “**Modernização da Infraestrutura**”. Encontra-se disponibilizado na Intraprev - rede interna do INSS – representando avanços para disseminação e evolução dos resultados por meio dos indicadores adotados.

▪ **Comitê Permanente de Controle**

Outro aspecto relevante refere-se à edição da Portaria n.º 617/INSS/PRES, de 25/06/2009, que instituiu o Comitê Permanente de Controle, com o objetivo de gerenciar o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo; propor políticas de controle interno e promover a gestão de riscos no âmbito do INSS, acompanhar a implantação de projetos estratégicos, assim definidos pela Presidência do INSS. É composto por representantes das áreas do INSS, ressaltando-se que as respectivas atividades no âmbito da Direção Central contribuem para o aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos.

▪ **Revisão, uniformização e simplificação quanto à expedição de atos administrativos**

Em vista da necessidade de rever e disciplinar a expedição de atos oficiais no âmbito do INSS, e ainda, para desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos sobre a elaboração, a redação e a alteração dos atos administrativos, houve a edição da Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009. A referida Resolução considerou, também, o disposto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão.

▪ **Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social – GDASS**

A Instrução Normativa INSS/PRES n 38, de 22 de abril de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 41/INSS/PRES, de 9 de outubro de 2009, disciplinou os critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional, para fins de aferição da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social. Registra-se que, a implantação da GDASS em seu primeiro ciclo, atingiu o percentual máximo, alcançando-se a meta relativa à produtividade que teve por parâmetro o indicador IMA – Idade Média do Acervo.

- **Extrato de Contribuições Previdenciárias.**

Disponibilizados aos segurados correntistas do Banco do Brasil. Esse Extrato é uma ferramenta de consulta às informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), e foi disponibilizado após o acordo que firmado entre o Ministério da Previdência Social, o INSS, a Dataprev e o Banco do Brasil. O Extrato está acessível nos Terminais de Auto Atendimento (TAA) e na página do Banco do Brasil na internet.

- **Publicação da Resolução n.º 65/INSS/PRESIDÊNCIA.**

A Resolução n.º 65/INSS/PRES estabeleceu o horário de funcionamento e de atendimento das nossas unidades e a jornada de trabalho dos servidores da Carreira do Seguro Social.

- **Implantação de Registro Informatizado de Frequência dos servidores.**

Na área de Recursos Humanos, evidenciou-se a implantação de registro informatizado de controle de frequência denominado Sistema Informatizado de Registro de Frequência – SISREF, que representa aperfeiçoamento na gestão de frequência dos servidores.

- **Criação da Diretoria de Saúde do Trabalhador.**

A nova Diretoria foi criada considerando a relevância da gestão dos benefícios por incapacidade. As principais atribuições da Diretoria são: a coordenação da Perícia Médica, da Reabilitação Profissional e do Serviço Social.

- **Criação da Coordenação-Geral de Administração de Informações de Segurados na Diretoria de Benefícios.**

A nova Coordenação foi criada para com o objetivo de zelar pela qualidade dos dados de vínculos, remunerações e contribuições constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) fortalecendo o processo de reconhecimento automático de direitos.

- **Fortalecimento da Diretoria de Recursos Humanos**

Foram criadas três novas Coordenações Subordinadas à Coordenação-Geral de Educação Continuada, com o objetivo sustentar os programas de qualificação dos servidores.

- **Ampliação do Serviço Social**

O INSS teve seu quadro de servidores reforçado com a nomeação dos 900 Analistas do Seguro Social com formação em Serviço Social, aprovados no concurso realizado em janeiro de 2009.

- **Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios**

O leilão foi importante, pois atendeu recomendações do Tribunal de Contas da União e mudou a relação do INSS com as instituições bancárias, criando um ambiente de competitividade nas contratações das instituições financeiras que possibilitou à Instituição obter propostas mais vantajosas.

- **Elaboração do Plano de Ação 2010**

Foi elaborado envolvendo todas as unidades, compreendendo as Agências, Gerências Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central, com metas específicas no Plano de Ação, definidas em comum acordo e registradas em Termos de Compromissos de Resultados.

Resultados das Ações de Auditoria

A Auditoria-Geral e suas projeções Regionais vêm atuando de forma que os resultados de suas ações possibilitem à Administração Central, às Superintendências Regionais e Gerência Executiva, o aperfeiçoamento de procedimentos e o fortalecimento dos controles em seus diversos segmentos, ou seja, nas áreas de Benefícios, de Atendimento, de Recursos Humanos, de Orçamento, Finanças e Logística, e de Tecnologia da Informação.

Com esse propósito, os Programas Nacionais de Auditoria definidos no PAINTE/2009 foram desenvolvidos e consolidados de forma a apresentar recomendações estratégicas, táticas e operacionais, para as áreas fim e meio da Instituição.

São relatados a seguir, por área da Auditoria Interna, Benefícios e Gestão Interna, as fragilidades identificadas e recomendadas para o aperfeiçoamento pelas unidades auditadas:

5.3.1. NA ÁREA DE BENEFÍCIOS

Foram realizados pela Auditora-Geral e suas projeções, 08 (oito) programas definidos no PAINTE/2009 e uma ação extraordinária. Desses programas foram concluídos:

- O indeferimento de benefícios;
- A reabertura de benefícios;
- Benefícios concedidos em decorrência de decisão recursal;
- A visão multifatorial do trabalho médico-pericial na Previdência Social;
- Acumulação – Benefícios pagos pela Previdência Social a servidores detentores de cargos públicos ou benefícios em Órgãos dos Governos Estaduais; e
- Gestão das informações previdenciárias para reconhecimento inicial do direito.

A seguir, foram sintetizados os resultados desses trabalhos:

a) Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Créditos a Analisar

Descrição das principais disfunções identificadas:

▪ Inconsistências de Formalização:

- Inobservância da Orientação Interna INSS/DIRBEN nº 62, de 15/02/2002, quanto à utilização dos motivos de solicitação de pagamentos;
- Não obrigatoriedade do registro de ocorrência de reativações de benefícios, inclusive por decisões judiciais/recursais, de revisão, para crédito de resíduos, ou outros motivos; e
- Inexatidão no registro do número do processo judicial nos casos de concessão/reactivação de benefícios por decisão judicial.

▪ Inconsistências de Sistema:

- Permissão de Reativação de benefícios por incapacidade cessados quando da atualização efetuada somente para inclusão de CPF no Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI);
- Solicitação de PAB face reativação de benefício por incapacidade, com ocorrência de vínculo/salários no CNIS dentro do período do crédito emitido;
- Permissão pelo sistema, de emissão de PAB no Motivo 76, para crédito de resíduo por óbito, com inclusão de período posterior a data do óbito do segurado;
- Emissão de PAB para pagamento de resíduo por óbito, no Motivo 76, com duplicidade de pagamento referente ao dia do óbito;
- Solicitação de PAB, com pagamento integral para apenas um dos dependentes de Pensão por Morte desdobrada;
- Emissão de PAB face reativação indevida pelo sistema, de benefício de Auxílio-Reclusão sem exigência de atualização da declaração de recolhimento à prisão, com geração automática de PAB;
- Emissão de Pagamento de Resíduo, motivado por óbito, com troca de titularidade no benefício cessado;
- Reativação e emissão pelo Sistema Central de complemento positivo, em benefício de pensão por morte, sem que seja observada a existência de dois dependentes, maiores de dezesseis anos, sem representante legal; e
- Permissão pelo Sistema Central de geração de crédito para período posterior a Data de Cessação de Benefício (DCB).

▪ Inconsistências de Controle/Revisão:

- Falta de controle nos Pagamentos Alternativos/Crédito Diário, nos casos de emissão em duplicidade;
- Falta de Controle nos casos de reativação e comando de complemento positivo nos beneficiários

- Falta de Controle nas reativações (motivo 4 – Cessão ou suspensão indevida) em benefícios cessados pelo Sistema Central (motivo 65 – Benefício suspenso por mais de 6 meses)
- Emissão de PAB com períodos fictícios; e
- Inobservância de procedimentos na emissão correta de PAB, provocando excesso de cancelamento, causando sua reemissão.

Considerando as falhas identificadas, tornou-se necessária a recomendação de controles relacionados aos pagamentos alternativos de benefícios à Diretoria de Benefícios (DIRBEN) e ao Sistema de Administração dos Benefícios por Incapacidade à Diretoria de Saúde do Trabalhador (DIRSAT). As recomendações encontram-se no prazo para implementação, todavia, já foram apresentadas às áreas, sendo por elas aceitas.

b) Benefícios Indeferidos

Descrição das principais disfunções identificadas:

▪ Inconsistências de Formalização:

- Processamento do indeferimento do benefício antes de ter sido esgotado o prazo oportunizado para o cumprimento da exigência solicitada;
- Indeferimento do benefício sem terem sido esgotados todos os meios previstos na legislação vigente, a fim de se evitar o ato denegatório (solicitações de tantas exigências quantas forem necessárias a fim de averiguar o direito ao benefício; emissão de ofícios a órgãos externos ou empresas; emissão de pesquisa externa; etc.);
- Inexistência da Carta de Indeferimento no processo denegatório; e
- Não constar no processo denegatório o comprovante de recebimento da Carta de Indeferimento (Acusação de Recebimento - AR) ou ciência do requerente/representante legal.

▪ Inconsistências de Controle/Revisão:

- Utilização incorreta dos motivos de indeferimento;
- Indeferimento indevido de Aposentadoria pelo motivo “Falta de Tempo de Contribuição”, pelo não cômputo de Certidão de Tempo de Contribuição com base na Lei 6226/75, emitida pelo Estado de Alagoas;
- Indeferimento por motivo 04 – “Perda da Qualidade de Segurado”, sem observar que o interessado possuía inscrição no Ministério do Trabalho e Emprego que manteve sua qualidade;
- Indeferimento pelo motivo 97 – “Não Concordância com a Aposentadoria Proporcional”, sem a correspondente anuência pelo interessado, inserida nas peças denegatórias;
- Indeferimento realizado indevidamente pelo motivo de “Falta de Carência”, entretanto, os interessados a possuíam, faltando pesquisa de contribuições individuais em microfichas e registro dos vínculos no Cadastro Nacional de Informações Sociais;
- Indeferimento de pensão pelo motivo de “Falta de Qualidade de Dependente”, entretanto, os documentos necessários para comprovação da dependência foram apresentados na habilitação do benefício;

➤ Indeferimento de aposentadoria, sem que o agente concessor esgotasse todas as fases necessárias à definição da condição de trabalhador rural em regime de economia familiar (entrevistas com proprietário da terra, confrontantes, etc.).

c) Reabertura de Benefícios

Descrição das principais disfunções identificadas:

▪ Inconsistências de Formalização:

➤ Ausência do comprovante do agendamento do benefício, que possibilite verificar a fixação correta da Data da Entrada do Requerimento (DER);

➤ Não utilização do formulário “Despacho e Análise Administrativa da Atividade Especial” (DIRBEN-8247) e do formulário “Análise e Decisão Técnica de Atividade Especial” (DIRBEN-8248);

➤ Aceitação pela APS de formulários PPP – Perfil Profissiográfico Profissional, sem o seu correto preenchimento;

➤ Retenção, nos processos concessórios e denegatórios, de documentos originais, em desacordo com o disposto no artigo 17 e § 1º da Orientação Interna nº 170 INSS/DIRBEN, de 28/06/2007, combinado com o § 7º do artigo 460 da Instrução Normativa nº 20 INSS/PRES, de 10/10/2007;

➤ Ausência de documento que comprove a comunicação da concessão do benefício ao órgão emissor de Certidão de Tempo de Contribuição, nos termos do artigo 335 da Instrução Normativa nº 20 INSS/PRES, de 10/10/2007, e do artigo 14 da Portaria MPS nº 154, de 15/05/2008;

➤ Falta da informação referente à adoção das medidas iniciais para a compensação previdenciária, na forma disposta no Capítulo IV, Seção II, da Instrução Normativa nº 20 INSS/PRES, 10/10/2007;

➤ Juntada/anexação de processos, sem a formalização prevista na Orientação Interna nº 170 INSS/DIRBEN, de 28/06/2007;

➤ Falta da assinatura do responsável pelas atualizações no Cadastro de Pessoas Físicas (CADPF), bem como a anexação do formulário de CADPF sem a devida atualização de todos os dados do segurado;

➤ Reafirmação da DER - Data do Requerimento do Benefício sem a manifestação escrita do segurado;

➤ Ausência do Termo de Homologação de Atividade Rural para período de segurado especial e que ensejou o direito ao benefício;

➤ Falta do documento Resumo da Concessão do Benefício, contendo os dados básicos que ensejaram o seu deferimento; e

➤ Entrevista realizada com confrontantes para fins de comprovação do exercício de atividade rural de segurado especial, contendo registros totalmente ilegíveis, prejudicando a identificação de informações essenciais à conclusão quanto ao real exercício de atividade do cliente.

▪ **Inconsistências de Controle/Revisão:**

- Fixação da Data de Regularização do Despacho em desacordo com os artigos 424 e 425 da Instrução Normativa n.º 20 INSS/PRES, 10/10/2007;
- Concessão de Pensão por Morte a dependente maior inválido que, entretanto, na data do óbito do instituidor não detinha essa condição, pois a invalidez foi fixada após os 21 anos de idade;
- Preenchimento incorreto do Período Básico de Cálculo (PBC) pela não atribuição do valor do salário mínimo para vínculo empregatício, sem remuneração no CNIS, em desacordo com o disposto na letra “a” do § 2º do artigo 75 da Instrução Normativa nº 20, de 10/10/2007;
- Reabertura realizada pelo motivo de Revisão Administrativa, sem, no entanto, constar registro de solicitação de revisão ou recurso por parte do interessado junto às peças concessórias, ou qualquer registro do servidor em relação à reavaliação do mérito denegatório;
- Concessão com indícios de irregularidade, pela falta de apresentação de documentos comprobatórios do exercício da atividade em período computado no tempo de contribuição;
- Cômputo para a carência de período de contribuição atinente a vínculo empregatício não comprovado através de documentos hábeis;
- Conversão indevida de tempo de contribuição, supostamente exercido em condições especiais, visto que os documentos acostados ao processo não contêm elementos técnicos capazes de assegurar que o interessado tenha trabalhado de forma permanente, não ocasional nem intermitente, com efetiva exposição ao agente nocivo; e
- Concessão de pensão com indício de irregularidade, considerando não constar do processo documentos que comprovem a condição de dependente da requerente com relação ao segurado Instituidor.

d) Cumprimento das decisões recursais

Descrição das principais disfunções identificadas:

▪ **Inconsistências de Formalização:**

- Falta de ciência do indeferimento pelo interessado, impossibilitando a definição de tempestividade ou intempestividade do pedido de recurso; e
- Encaminhamento de processos ao órgão julgador sem apresentação das contra razões do INSS.

▪ **Inconsistências de Controle/Revisão:**

- Descumprimento do prazo, pelo INSS, para encaminhamento do processo de recurso ao órgão julgador;
- Divergência entre o motivo do indeferimento do benefício e a fundamentação legal na instrução do recurso;

- Indeferimento de plano, sem oportunizar ao interessado completar sua documentação por meio de exigências;
- Falta de cumprimento da determinação recursal dentro do prazo conforme estabelecido no Artigo 497, § Único da IN nº 20/INSS/PRES, de 10/10/2007, alterada pela IN nº 27/INSS/PRES, de 30/04/2008;
- Fixação da Data da Regularização da Documentação – DRD, em conformidades ao disciplinado no artigo 425 da IN/INSS/DC nº 20/2007;
- Acórdãos exarados pela Junta de Recursos da Previdência Social em desacordo com as normas legais;
- Utilização indevida do despacho 03 – concessão em fase recursal; e
- Transferência para a fase recursal das diligências e providências que deveriam ser adotadas na habilitação.

e) A avaliação da qualidade técnica do trabalho médico-pericial e as reais condições de trabalho da Perícia Médica

Descrição das principais disfunções e dificuldades identificadas nos questionários de avaliação de controle interno (QACI) aplicados durante a execução da Ação (entrevistadas as Chefias de APS, SGBENIN, Serviço de Recursos Humanos, Peritos Médicos Portariados para o Monitoramento Operacional e os que estão em atividade na APS).

▪ Inconsistências de Formalização:

- Ausência de fundamentação para fixação da Data do Início da Doença (DID) e Data do Início da Incapacidade (DII) no laudo; e
- Ausência de fundamentação para o parecer contrário da perícia médica;

▪ Inconsistências de Controle/Revisão:

- Incoerência entre história/exame físico e diagnóstico informado no laudo;
- Incoerência entre história/exame físico e prazo de afastamento concedido;
- Incorreção na atribuição de Isenção de Carência;
- Avaliação incorreta do Nexo Técnico Previdenciário; e
- A grande maioria de Peritos Médicos informa que não acessam o Sistema PLENUS para auxílio às suas decisões periciais;
- Das 98 respostas das Chefias do então SGBENIN entrevistadas, constatou-se que não são realizadas atividades sistemáticas de supervisão “in- loco” em 53 (54%) GEX e, não há verificação de qualidade dos laudos periciais em 38 (39%) dos então, SGBENIN;
- Não são efetuadas consultas rotineiras aos sistemas corporativos de gestão pelas equipes do então, SGBENIN 40 (41%) respostas referentes ao SABI Gestão e 66 (67,3%) ao SUIBE;
- Não são efetuados os controles de BI com duração superior a 180 dias por 70 (71,5%) dos então, SGBENIN entrevistados.

▪ **Constatações relativas ao espaço físico da perícia médica na APS:**

- Consultórios são avaliados pelos Chefes de Agência e SGBENIN como inseguros e inadequados para a realização de perícias médicas, de acordo com a Resolução nº 62 INSS/PRES de 09-12-2008;
 - Das 198 APS visitadas, 49,4% não têm consultórios em número suficiente para acomodar todos os PMP lotados na localidade;
 - Das Chefias de APS entrevistadas, 31,3% consideram os arquivos inapropriados para a guarda de documentos médicos que consignam a DID/DII de acordo com a OICJ DIRBEN/DIRAT nº 4 de 11-07-2006;
 - Constatou-se, pelas 196 avaliações de consultórios nas 100 APS visitadas pela Auditoria, que 165 (84,1%) estavam inadequados para o atendimento médico pericial.
 - Constatações relativas ao atendimento:
 - Das informações prestadas pelos Peritos Médicos Portaria para o trabalho de Monitoramento Operacional, constatou-se que de 97 reclamações/denúncias na Ouvidoria do MPS contra os PMP avaliados pelo trabalho, 32 (32,9%) reportavam-se somente à decisão pericial e 40 (41,2%) referiam-se ao comportamento/atendimento;
 - Constatou-se, pelas 185 respostas dos Peritos Médicos entrevistados, que 82 (44,3%) sentem tensão constante no relacionamento com os segurados.
 - Em 148 (80%) das respostas ao QACI são relatados sentimentos de insegurança, coação e ou ameaça durante o exame pericial, onde 27 (14,5%) dos PMP referiram alteração de decisão pericial.
 - Verificou-se que 158 (85,4%) dos Peritos Médicos da amostra sofreram agressão verbal de segurados e 29 (34,1%) já experimentaram agressão física e 102 (55,1%) sentem-se inseguros em seu ambiente de trabalho;
 - Constatou-se durante o ano de 2008 que 20 (10,8%) PMP necessitaram de afastamento por motivo de saúde relacionado ao trabalho;
 - A presença de acompanhante durante o exame pericial é considerada perniciososa para 138 (75%) dos entrevistados e a entrega da CRER interfere na decisão de 58 (32,6%);
 - A assistência do então, SGBENIN é considerada efetiva por 147(79,5%) e o apoio dos gestores em casos de agressão foi presente para 136 (74,2%) dos PMP questionados; e
 - A maioria dos SRH, ou seja, 69 (69%) não apresentam condições de recursos humanos e logísticos para ministrar treinamento comportamental para servidor com disfunção no relacionamento com segurados do INSS e número ainda maior 87 (87%) não tem recursos ou política de suporte ao servidor vitimado por doença ou agressão de acordo com a Portaria 1.675 do MPOG.

f) Acumulação – Benefícios pagos pela Previdência Social a servidores detentores de cargos públicos ou benefícios em Órgãos dos Governos Estaduais.

▪ **Inconsistências de Sistema:**

- Beneficiários com mais de um NIT sem o elo no cadastro.

▪ **Inconsistências de Controle/Revisão:**

- Concessão e/ou manutenção de Amparos Previdenciários e Sociais e Rendas Mensais Vitalícias (espécies 11, 12, 30, 40, 87 e 88) acumulados com vínculo ativo de servidores do Governo Estadual, com indícios de irregularidade;
- Concessão e/ou manutenção de Amparos Previdenciários e Sociais e Rendas Mensais Vitalícias (espécies 11, 12, 30, 40, 87 e 88) acumulados com vínculo inativo de servidores do Governo Estadual, com indícios de irregularidade;
- Concessão e/ou manutenção de Amparos Previdenciários e Sociais e Rendas Mensais Vitalícias (espécies 11, 12, 30, 40, 87 e 88) em razão de recebimento de Pensões do Governo Estadual;
- Concessão e/ou manutenção de Aposentadorias por Invalidez (espécies 04, 05, 32 e 92) acumuladas com vínculo ativo de servidores do Governo Estadual;
- Concessão e/ou manutenção de Auxílios Acidentes e Suplementares (espécies 36, 94 e 95) acumulados com vínculo inativo de servidor do Governo Estadual;
- Concessão e/ou manutenção de Abonos de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48) acumulados com vínculo de servidor Aposentado pelo Governo Estadual;
- Ausência de batimento para identificar vínculo empregatício e contribuições após a DIB do benefício, visando incluir no aplicativo BATINV para as providências previstas na OI CONJ nº 08/PFE-INSS/DIRBEN, de 12/11/2007;
- Falta adoção dos devidos procedimentos por parte da Gerência para avaliação dos benefícios indicados no BATINV, conforme preceitua a OI CONJ nº 08/PFE-INSS/DIRBEN, de 12/11/2007 e MEMO-CIRCULAR Nº 30/2008;
- Revisão incorreta em benefício constante do BATINV, uma vez que foi considerado regular, porém, não foi observado que a beneficiária mantinha vínculo empregatício com Órgão do Governo Estadual;
- Concessão e/ou manutenção de Aposentadorias por Invalidez (espécies 04, 05, 32 e 92) acumulados com vínculo inativo de servidor do Governo Estadual;
- Inconsistência de CPF e Nome do Titular do Benefício, identificando-se divergência com os dados do Governo do Estado;
- Concessão e/ou manutenção de Aposentadorias por Invalidez acumuladas com vínculos empregatícios;
- Benefícios das espécies 87 e 88 já revistos por força da Lei Orgânica de Assistência Social que foram mantidos, porém, após a ação de auditoria tiveram constatação de indícios de irregularidades;
- Descumprimento do Art. 37 do Regulamento de Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social, aprovado pelo Decreto nº 1.744/95 e alterações, que prevê a revisão em Benefícios das espécies 87 e 88, a cada dois anos;
- Acumulação indevida de benefícios no próprio Regime Geral de Previdência Social;
- Manutenção Indevida de benefício assistencial por renda per capita superior ao permitido por lei;
- Descumprimento da legislação quanto à revisão médica periódica; e
- Falta de adoção de procedimentos para encerrar benefícios de Auxílio Acidente na data de emissão das Certidões de Tempo de Contribuições.

5.3.2. NA ÁREA DE GESTÃO INTERNA

Em relação aos trabalhos na área de Gestão Interna, foram realizados no exercício de 2009, 07 (sete) Programas Nacionais, conforme que se apresentam:

- Gestão de Contratos de Serviços;
- Gestão das aquisições de Materiais de Consumo e Permanentes;
- Gestão de Obras e Reformas;
- Monitoramento e Avaliação de Acumulação de Cargos;
- Avaliação dos Benefícios de Abono de Permanência, Aposentadoria e Pensão, concedidos aos Servidores e seus Dependentes;
- Avaliação dos Controles e Procedimentos na Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade; e
- Avaliação das Gratificações, Adicionais, Auxílios e Substituições processadas em Folha de Pagamento.

Os principais resultados encontram-se sintetizados a seguir:

a) Gestão de Contratos de Serviços

No desenvolvimento do Programa 006/2009, foram contempladas as gerências executivas, conforme a Unidade e quantitativo de processos examinados.

GERÊNCIA EXECUTIVA	QUANT	GERÊNCIA EXECUTIVA	QUANT	GERÊNCIA EXECUTIVA	QUANT
Niterói	07	Canoas	06	Goiânia	05
Campos dos Goytacazes	05	Criciúma	07	Belém	05
Duque de Caxias	05	Passo Fundo	07	Campo Grande	05
Montes Claros	06	Porto Alegre	05	Dourados	07
Ouro Preto	04	Uruguaiana	02	SP - Centro	06
Poços de Caldas	04	Boa Vista	05	Guarulhos	05
Petrolina	05	Salvador	06	São João da Boa Vista	05
Teresina	06	Juazeiro	04	Marília	05
Campina Grande	05	Itabuna	07	TOTAL	139

Os exames envolveram as modalidades de licitação (concorrência, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Pregão e Tomada de Preços), incluindo os serviços de correio, serviços de locação de veículos, manutenção de ar condicionado, limpeza, vigilância, reprografia, entre outros. Dos exames de Auditoria foram identificadas 83 (oitenta e três) disfunções e, no demonstrativo são apresentadas as de incidência superior a cinquenta pontos percentuais relativos aos processos auditados pelas Projeções Regionais, uma vez que na Direção Central foram atingidos níveis de eficiência e eficácia na gestão de contratos.

INCONSISTÊNCIAS	SP	BA	PE	SC	MG	RJ	AM	DF	TOTAL	%
Deficiência no acompanhamento da execução dos contratos, ausência de controle dos serviços contratados, conforme previsto no Edital/Contratos, dificultando o planejamento de novos procedimentos licitatórios.									8	100 %
Não apresentação nos autos de comprovação de recolhimentos de Garantia ou apresentação tardia com efeitos retroativos.									6	75%
Ausência de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal – CADIN, SICAF vencido, antes da assinatura do contrato/termos aditivos ou prévio ao pagamento.									6	75%
Inexistência, nos autos, do SGIC e do SIASG – Modulo SICON/CRONOGRAMA.									6	75%
Falhas na formalização do processo licitatório.									5	63%
Ausência no processo da Nota Fiscal e outras documentações de pagamentos.									5	63%
Ausência, nos Autos, de Pesquisa de Preços.									5	63%
Não publicação do extrato de contrato em DOU/BSL ou inclusão no Comprasnet, publicação do extrato do termo aditivo fora do prazo legal; publicação desnecessária do aviso de licitação, ausência de publicação de termo aditivo.									4	50%
Irregularidades/Disfunções nos procedimentos de pagamentos, pagamento com atraso, pagamento com reconhecimento de dívida.									4	50%

b) Gestão da Aquisições de Materiais de Consumo e Permanentes

Dos resultados, apresentam-se inconsistências de Formalização Processual Controles Internos, relativas aos aspectos quantitativos e qualitativos e na gestão das aquisições, sistemas e pendência de pagamentos. Destacam-se as recomendações que apresentam percentuais consideráveis de incidência nas Unidades Auditadas, conforme demonstrativo que se apresenta:

INCONSISTÊNCIAS E INCIDÊNCIA NAS GERÊNCIAS EXECUTIVAS	%
Acúmulo de Materiais Inservíveis/Ausência de formalização de processo de Alienação. Gerência Executiva: Manaus, Montes Claros, Uberaba, Varginha, Sobral, Campina Grande, Teresina, Jundiá e Santos, Sorocaba, Imperatriz, Belém e Palmas.	57%
Formalização incompleta do processo de inventário. Gerência Executiva: Montes Claros, Uberaba, Varginha, Sobral, Campo Grande, Teresina, Jundiá e Santo Antônio de Jesus.	48%
Ausência da comprovação de regularidade fiscal, anterior à assinatura dos contratos/condições gerais da Nota de Empenho (NE) e a cada pagamento a ser efetuado. Gerência Executiva: Montes Claros, Uberaba, Varginha, Campos de Goytacazes, Jundiá, Santos, Sorocaba Antônio de Jesus, Imperatriz, Belém e Palmas.	38%
Ausência de Relatório de Carga e/ou do respectivo Termo de Responsabilidade. Gerência Executiva Sobral, Teresina, Jundiá, Santos, Sorocaba, Caxias do Sul e Chapecó.	33%
Deficiência na formalização processual, tais como: inobservância à seqüência cronológica da numeração e não realização de revisão final dos processos Gerência Executiva: Montes Claros, Uberaba, Varginha, Sobral, Campina Grande, Teresina e Cascavel	33%

Fonte: Relatório do Programa 07/2009, consolidado pela Regional em São Paulo e pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna.

c) Gestão de Obras e Reformas

Foram realizadas 18 (dezoito) ações de Auditoria, compondo na amostra de 21 Obras, incluindo o Edifício Sede da Administração Central e as Gerências Executivas Canoas, Curitiba, Ponta Grossa, Santa Maria, Santo André, São Paulo-Sul, Bauru, Teresina, Divinópolis, Varginha, Barreiras, Palmas, São Luiz, Belém, Volta Redonda, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes.

As principais Constatações/Disfunções nas Gerências Executivas apresentam-se:

Nº	CONSTATAÇÃO	OBRAS	%
1	Formalização processual de acordo com as rotinas estabelecidas no Manual de Normas e Procedimentos Administrativos – MNPA.	5	33%
2	Elaborado Projeto Executivo, na forma prevista no Art. 7º. Inciso II da Lei 8.66/93, ou quando desenvolvido concomitante com a execução das obras e serviços, esta situação foi prevista em Edital.	4	25%
3	Projeto básico elaborado com os elementos necessários e suficientes que possibilitassem a avaliação do real custo da obra, na forma disposta no Art. 7º da Lei nº 8.666/93.	4	25%
4	Na elaboração das Planilhas de Custos e formação de Preços, foram considerados os índices divulgados pelo SINAPI, ou com base no CUB, na forma do Art. 112 da Lei 11.178/2005.	2	11%
5	Foi realizada consulta ao SICAF e ao CADIN para efeito de assinatura do contrato, conforme Cap. I, Seções XIII e XIV, itens 13.2 e 17.5 do MNPA.	6	43%
6	Publicação de portaria designando o servidor gestor/fiscal do contrato, conforme determinação constante do Art. 67 da Lei 8.666/93 e Art. 31 da IN 02/2008.	3	18%
7	Pagamentos efetuados à contratada de acordo com a programação definida no Cronograma Físico-Financeiro da obra.	8	67%
8	Renovação da caução de garantia nos casos de acréscimos e supressões e/ou prorrogações contratuais.	5	33%
9	Acréscimos e supressões tratados de forma distinta, de acordo com a determinação constante do Memorando-Circular nº 38/INSS/CGEPAI/DIPRO, de 14/09/2006.	2	11%
10	Providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos casos de acréscimos, na forma do disposto na Resolução CONFEA nº 425, de 18/12/98.	6	43%

Fonte: Relatório do Programa 08/2009, consolidado pela Regional em Florianópolis e pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna.

d) Monitoramento e Avaliação dos Acúmulos de Cargos

No desenvolvimento desse Programa, verificou-se na totalidade da amostra, existência de vínculos no CNIS, necessitando de avaliação pelas Unidades de Recursos Humanos quanto à licitude de acumulação de cargos, empregos e funções e quanto à compatibilidade de horários, adotando-se os procedimentos instruídos nas instruções vigentes.

Dos exames processados que consistiram na avaliação dos registros contidos nos assentamentos funcionais, Pastas de Controle das Unidades de Recursos Humanos, Declarações de Cargos, Empregos, Proventos ou Atividades de trabalho e de informações recebidas pelos Órgãos e Empresas em atendimento aos Ofícios expedidos, evidenciaram as principais fragilidades:

➤ Declarações desatualizadas ou inexistentes, sendo emitidas Notas de Auditoria ou Recomendações, no intuito de obtenção de informações sólidas, solicitando aos servidores, apresentação ou renovação do formulário próprio e posteriormente, a análise quanto

à veracidade dos registros contidos no CNIS em confronto com informações expressas no documento;

- Ausência de procedimentos pelas Unidades de Recursos Humanos, quando da análise das Declarações, relativos aos atos de conclusão da licitude ou ilicitude relativas às situações de acumulação de cargos, empregos e funções, da publicidade, da confirmação da compatibilidade de horários e a necessidade de regularização das ocorrências ilícitas;
- Inexistência de controles internos, devendo ser exercido pelas Unidades de Recursos Humanos para coibir a prática das acumulações de cargos, empregos e funções;
- Deficiências nos procedimentos de controle, quando das nomeações, pela inobservância das vedações e impedimentos previstos na legislação vigente, considerando que na Gerência Executiva em Fortaleza foram nomeados servidores com suspensão de vínculos e licença sem vencimento em outros Órgãos, embora regularizada a ocorrência em atendimento à Recomendação de Auditoria; e
- Inconsistências nos registros no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

e) Avaliação dos Benefícios de Abono de Permanência, Aposentadoria e Pensão Concedidos aos Servidores e seus Dependentes

INCONSISTÊNCIAS	DIREÇÃO CENTRAL	GERÊNCIAS EXECUTIVAS	TOTAL	PERCENTUAL
Formalização	01	12	13	27%
Sistema	00	07	07	15%
Legalidade	02	10	12	25%
Pagamento	01	08	09	18%
Controle/Revisão	04	03	07	15%
TOTAL	08	40	48	100%

Fonte: Relatório do Programa 10/2009, consolidado pela Regional em Recife e Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna.

Descrição das principais disfunções identificadas:

- **Inconsistências de Formalização:**
 - Inexistência de processo de verba de exercício anterior;
 - Ausência de registro no processo, de ocorrências existentes na frequência do servidor;
 - Requerimento com preenchimento incompleto, ficha de levantamento de tempo de contribuição sem assinatura;
 - Deficiências na instrução processual com ausência de documentos essenciais à análise; e inconsistências nos Mapas de Tempo Contribuição.
- **Inconsistências de Sistema:**
 - Informação de data registrada no SIAPE, divergente da data de concessão;

- Ausência de registros dos afastamentos, Licença Prêmio por Assiduidade (LPA) e/ou averbações de tempo de contribuição no SIAPECad; e
- Fundamentação legal no SIAPECad divergente da concessão e registro de pensão no SIAPE, com tipo incompatível às disposições das regras da EC-41/03.

▪ **Inconsistências de Legalidade:**

- Gozo indevido de Licença Prêmio por Assiduidade, incluída na concessão do Abono de Permanência;
- Comprovação de dependência econômica do dependente com o Instituidor de Pensão na condição de menor sob guarda;
- Atos de concessão sem a devida inserção das informações no SISAC ou não encaminhamento à CGU;
- Portaria concessória com fundamentação legal incompleta ou incorreta;
- Pensão judicial sem cadastramento no SICAJ; e
- Certidão de óbito com nome e idade divergentes dos documentos do instituidor.

▪ **Inconsistências de Pagamento:**

- Percentual do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) a maior ou menor;
- Inexistência de acertos quando da transição da atividade para inatividade ou óbitos ocorridos em atividade, principalmente com referência aos auxílios alimentação e transporte;
- Pagamento de LPA a beneficiário com valor inferior ao devido; e
- Incorreções nos cálculos das pensões e na aplicação dos reajustes das pensões civis.

▪ **Inconsistências de Controle/Revisão:**

- Fundamentação legal incorreta na concessão;
- Ausência de informações nos processos concessórios acerca do ATS e LPA;
- Processos não localizados na Unidade de Recursos Humanos;
- Portaria concessória indicando pensão temporária para beneficiário vitalício;
- Procuração vencida; e
- Inexistência de recadastramento de aposentados / dependentes dos instituidores de pensão.

f) Avaliação dos Controles e Procedimentos na Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade

O programa foi aplicado em 49 Unidades Gestoras e consistiu no monitoramento das operações registradas no SIAFI, sendo realizadas ações na localidade quando constatada a necessidade de assessoramento aos gestores. As principais evidências estão relacionadas às despesas com encargos moratórios, saldos em contas transitórias do ativo e passivo, registrados

em contas a regularizar, inconsistentes e saldos invertidos, rol de responsáveis, execução de restos a pagar, que resumidamente se apresentam:

INCONSISTÊNCIAS E INCIDÊNCIA NAS GERÊNCIAS EXECUTIVAS	%
Classificação de despesas relativas aos encargos moratórios. Gerência Executiva: Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Montes Claros, Ouro Preto, Poços de Caldas, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Diamantina, Teófilo Otoni, Caruaru, Rio de Janeiro-Centro, Novo Hamburgo, Guarulhos, Sorocaba, Brasília, Goiás, Belém, Macapá, Dourados e Cuiabá.	49%
Contas Transitórias com saldos pendentes de apropriações, apresentando-se restrições na conformidade contábil. Gerência Executiva: Salvador, Ouro Preto, Poços de Caldas, Caruaru e Superintendência em Belo Horizonte	12%
Registros incompletos ou desatualizados quanto aos Titulares, Substitutos e endereço. Gerência Executiva: Salvador, Vitória, Contagem, Juiz de Fora, Ouro Preto, Diamantina, Recife João Pessoa, Campina Grande, Natal, Caruaru, Maceió, Petrolina, Rio de Janeiro - Norte, Belém, Macapá, Dourados, Cuiabá, Anápolis, Palmas, GEXRN e Superintendências em Belo Horizonte e Recife.	47%
Conformidade Contábil, com registros não regularizados até o mês subsequente e reincidência de restrição pelo Contador. Gerência Executiva Salvador, Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Ouro Preto, Uberaba, Varginha, Diamantina, Vitória, Montes Claros, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Divinópolis, Uberlândia, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Duque de Caxias, Volta Redonda, Niterói, Rio de Janeiro-Norte e Superintendência em Belo Horizonte.	43%
Valores pendentes de liquidação inscritos ou reinscritos em Restos a Pagar exercício de 2008. Gerência Executiva: Poços de Caldas, Belo Horizonte, Barbacena, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Contagem, Divinópolis, Ouro Preto, APS, Machado, Juiz de Fora, Distrito Federal, Goiás, Anápolis, GEXRN, Campina Grande, Dourados, Cuiabá, Palmas, Belém, Macapá, APS Cataguases, APS Sete Lagoas, (MG)	45%

Fonte: Relatório do Programa 11/2009, consolidado pela Regional em Salvador

g) Vantagens Pessoais na Folha de Pagamento - Ajuda de Custo - Auxílio Transporte, Substituição e Insalubridade

INCONSISTÊNCIAS	DIREÇÃO CENTRAL	GERÊNCIAS EXECUTIVAS	TOTAL	PERCENTUAL
Formalização	00	09	09	15%
Sistema	00	11	11	18%
Legalidade	01	12	13	21%
Pagamento	00	10	10	16%
Controle/Revisão	03	15	18	30%
TOTAL	04	57	61	100%

Fonte: Relatório do Programa 12/2009, consolidado pela Regional em Brasília e Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna.

Do exame de auditoria evidenciaram-se:

▪ **Inconsistências de Formalização:**

Ajuda de Custo:

- deficiências na instrução processual com ausência de documentos essenciais à análise,
 - Formulário de Indenização de Despesas – Ajuda de Custo preenchido parcialmente;
 - Inexistência de documento comprobatório de encaminhamento do relatório com informações sobre remoções/Ajuda de Custo à CGARH,
 - Inexistência de Comunicação de Desligamento e Apresentação de Servidor – CDS,
 - Não comprovação de matrícula escolar dos dependentes;
- Ausência de informação de disponibilidade orçamentária.

Substituição:

- Inexistência de memorando de comunicação de substituição; e
- portarias de substituições desatualizadas.

▪ **Inconsistências de Sistema:**

Ajuda de Custo:

- Informações desatualizadas no cadastro do SIAPECad.

Auxílio Transporte:

- Ausência de cadastramento no SIAPECad dos registros de ocorrências;
- Divergências entre os valores informados na declaração de Auxílio-Transporte e SIAPE;
- Inconsistência no cadastro do SIAPE e nos descontos automatizados, haja vista que não esta sendo considerada a proporcionalidade de 22 dias.

Substituição:

- Inserção parcial no SIAPECad dos registros de ocorrências ou alimentação do módulo: PFU (Provimento de Funções); e
- Divergências entre os períodos informados no memorando e SIAPE.

Insalubridade:

- Inclusão de servidor em Portaria concessória com a unidade de exercício/lotação divergente do constante no SIAPE.

▪ **Inconsistências de Legalidade:**

Ajuda de Custo:

- Não comprovação da efetiva mudança domiciliar.

Auxílio Transporte: Deslocamento com inclusão de transporte irregular (alternativo ou seletivo);

- Lançamento de crédito e débito de auxílio-transporte da ficha financeira de servidor sem razão de ocorrências; e
- Pagamento de Auxílio-Transporte sem apresentação da Declaração de Auxílio-Transporte.

Insalubridade:

- Laudos de Avaliação Ambiental emitidos somente por um perito médico, após a Orientação Normativa nº 04 de 13/07/2005 do MPOG ou por profissional com exercício na própria unidade avaliada;
- Laudo irregular para a concessão de adicional de insalubridade ou sem constituição de comissão;
- Não encaminhamento de cópia dos Laudos de Avaliação Ambiental à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG,
- Concessões sem a emissão do Laudo de Avaliação Ambiental ou sem a expedição de portaria de concessão.

▪ **Inconsistências de Pagamento:**

Ajuda de Custo:

- Pagamento indevido de Ajuda de Custo por não ter sido comprovado a condição de dependente,
- Pagamento a maior.

Auxílio Transporte:

- Pagamento em duplicidade;
- Ausência do desconto ou efetivação de pagamentos, com valores superiores ou inferiores aos devidos.

Substituição:

- Pagamento indevido, em duplicidade, em período do afastamento do substituto, a maior ou a menor de Função Gratificada/Comissionada.

Insalubridade:

- Pagamento a menor.
- **Inconsistências de Controle/Revisão:**

Ajuda de Custo:

- Não atualização da Declaração de Auxílio-Transporte em face da mudança do servidor para nova sede;
- Desatualização do endereço no SIAPE;
- Necessidade de revisão dos valores concedidos conforme as rubricas utilizadas para fins de cálculo; e
- Apuração dessa vantagem em caráter indenizatório.

Auxílio Transporte:

- Ausência de registros na Comunicação de Ocorrências de Ponto - COP;
- Ausência da Declaração de Auxílio-Transporte e/ou das justificativas desatualizadas/incompletas;
- Pagamento em desacordo com as tarifas vigentes das empresas de transporte;
- Ineficiência no controle na concessão; pagamento efetuado inobservando os afastamentos; e
- Divergências dos registros das ocorrências no SIAPE e na Ficha de Registro de Frequência.

Substituição:

- Ausência de registros na Comunicação de Ocorrências de Ponto – COP;
- Inexistência de portarias de substitutos eventuais em arquivo da Unidade de Recursos Humanos;
- Pagamento de substituição sem utilização do memorando contendo informações do período efetivo, conforme modelo específico determinado em legislação.

Insalubridade:

- Pagamento de adicional de insalubridade a servidores afastados com codificação de Licença Prêmio por Assiduidade e Mandato Eletivo e outros registros na Ficha de Registro de Frequência.

h) Vantagens Pessoais na Folha de Pagamento - Artigo 184, da Lei n.º 1.711/52 e Artigo 192, da Lei N.º 8.112/90 e Frequência – Módulo SIAPECad

Trata-se de ações realizadas pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna com a finalidade precípua de avaliar em âmbito das Unidades descentralizadas os controles internos nas concessões das vantagens dos artigos 184 e 192, considerando os

trabalhos desenvolvidos pelas regionais, sem atingimento de resultados, necessitando de medidas estratégicas, pela Diretoria de Recursos Humanos.

Foram inseridos na Amostra 32 (trinta e dois) servidores configurando a inaplicabilidade das rotinas instruídas no Memorando-Circular N.º 24/INSS/DRH, de 13.04.2009, para regularização de valores processados em Folha de Pagamento de servidores inativos, relativas às vantagens.

Registra-se que foi recomendada a promoção de ações em caráter revisional de forma sanar as inconsistências nas concessões das vantagens processadas em Folha de Pagamento, em decorrência de parametrizações incorretas, da correlação da classe/padrão e da necessidade de adequação da fundamentação em face da criação das carreiras e das opções pelos servidores a partir de 2002 e, conseqüentemente, dos valores consignados automaticamente pelo sistema.

Com referência ao Módulo SIAPECad, constatou-se na Administração Central, após exame dos relatórios extraídos do SIAPE, de 66 (sessenta e seis) servidores, na situação de “Ativo”, definidos de forma aleatória, a inexistência de informações ou a não inserção de ocorrências no Módulo de Controle e automatização da frequência dos servidores, sendo verificado basicamente as ocorrências de treinamento, viagem em objeto de serviço e afastamentos relacionados à saúde do servidor ou pessoa da família, no exercício de 2009.

Para sanar a inconsistência emitiu-se a recomendação, visando a implementação de ações estratégicas de forma que o SIAPECad, seja obrigatoriamente alimentado, e as informações migradas do SISREF, a partir de sua implantação (13.10.2009), possibilitando o atingimento dos objetivos e a automatização dos registros que possibilitarão a produção dos efeitos na Folha de Pagamento e nas Concessões de Benefícios aos servidores.

Ações de Risco Local

Com referência as locações de imóveis, foram realizadas 09 (nove) ações pelas Auditorias de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, nas Gerências Executivas em Vitória, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Bauru, Campinas, Rio de Janeiro-Centro, Rio de Janeiro Norte e Petrópolis aplicando-se programa único. Destacam-se as principais disfunções verificadas nos exames processados:

▪ Inconsistências de Formalização:

- Inexistência de seqüência cronológica, rubricas e documentos com ausência de assinatura do servidor responsável;
- Não comprovação de publicação de Procura de imóvel em jornal ou da adimplência com os tributos, contribuições – SICAF/CADIN;
- Ausência de ato homologatório pela autoridade imediatamente superior ao Gerente Executivo, contratos e/ou aditivos sem reconhecimento de firma das assinaturas dos consignatários;

- Ausência de parecer jurídico sobre a legalidade do Edital de Licitação, Contrato e de documentação dominial;
- Pagamentos intempestivos com incidência de encargos moratórios; e
- Contratos expirados e liquidação de despesas por reconhecimento de dívida.

Em síntese, totalizaram 30 itens de recomendações formuladas:

AUDITORIA REGIONAL	FORMALIZAÇÃO	PAGAMENTO INTEMPESTIVO	CONTRATOS EXPIRADOS E PAGAMENTO POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	RECOMENDAÇÕES % DE INCIDÊNCIA POR AUDITORIA
Belo Horizonte	09	1	1	36,63%
São Paulo	08	0	0	26,64%
Rio de Janeiro	09	1	1	36,63%
% de incidência por item de inconsistência	86,68%	6,66%	6,66%	

Fonte: Relatório do Programa 20/2009, consolidado pela Regional em São Paulo.

Síntese da Auditoria

Na avaliação dos controles instituídos pela Autarquia, verifica-se que houve melhorias com a implementação de ações, tais como: capacitações, rotinas de supervisão, sistematização de informações gerenciais, dentre outras.

Em âmbito estratégico, destaca-se a implantação do Painel de Controle, que permite o acompanhamento de ações associadas aos direcionadores estratégicos e respectivos objetivos, especialmente ao de “**Excelência do Atendimento**” e ao de “**Modernização da Infraestrutura**”, encontrando-se disponibilizado na Intraprev - rede interna do INSS – representando avanços para disseminação e evolução dos resultados por meio dos indicadores adotados.

Outro aspecto relevante refere-se à edição da Portaria nº 617/INSS/PRES, de 25/06/2009, que instituiu o Comitê Permanente de Controle, com o objetivo de:

- Gerenciar o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo;
- Propor políticas de controle interno e promover a gestão de riscos no âmbito do INSS; e
- Acompanhar a implantação de projetos estratégicos, assim definidos pela Presidência do INSS.

O referido comitê é composto por representantes das áreas do INSS, ressaltando-se que as respectivas atividades no âmbito da Direção Central contribuem para o aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos.

Registra-se ainda, que houve a implantação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS que, em seu primeiro ciclo, atingiu o percentual máximo, alcançando-se a meta relativa à produtividade que teve por parâmetro o indicador relativo à Idade Média do Acervo (IMA).

5.4. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Os Contratos de serviços de prestação continuada examinados no exercício estão demonstrados no Anexo V, totalizando o universo de 139 (cento e trinta e nove) processos, em face da aplicação do Programa 06/2009. Nesse documento estão relacionadas às principais disfunções, valores, empresas participantes da licitação, entre outras informações, relativos aos exames realizados nas Gerências Executivas.

Desenvolveram-se, também, ações de monitoramento, no intuito de acompanhamento das ocorrências relativas às contratações de serviços continuados, com as principais finalidades:

- Diagnosticar as inconsistências e emissão de Notas de Auditoria ou recomendação em caráter preventivo, objetivando a obtenção de resultados imediatos e a regularidade na gestão dos contratos.
- Definição das Unidades a serem auditadas, no sentido de assessoramento preferencial, as que necessitam de orientações para melhor desempenho nas atividades, na tratativa de redução dos riscos.

5.5. VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Na Área de Recursos Humanos, as atividades desenvolvidas pautaram-se na verificação de inconsistências na Folha de Pagamento (FP). A Título de informação e com base no mês de dezembro/2009, apresentam-se as despesas realizadas por situação funcional dos servidores e o percentual sobre o total dos recursos disponibilizados:

SITUAÇÃO FUNCIONAL	QUANTITATIVO DE SERVIDORES	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
Ativo	38.494	197.326.464,86	37,81%
Cedidos	825	3.997.856,21	0,77%
Aposentados	39.011	222.167.773,32	42,57%
Instituidor de Pensão	12.716	97.770.631,38	18,74%
Outros	1.679	593.998,45	0,11%
TOTAL	92.725	521.856.724,22	100,00%

Fonte: <http://www-inss.prevnet/DRH>.

Dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, relacionados à área de Recursos Humanos, com implicação direta de valores processados em folha de pagamento, registraram-se inconsistências no montante de R\$ 3.524,32 (três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), que se apresentam:

MAT.	SERVIDOR	RUBRICA	VALOR (R\$)
0.878.079	Ronaldo René de Souza	Auxílio Alimentação	161,99
		Auxílio Transporte	130,37
0.095.208	Tereza de Jesus Sá Fernandes	Auxílio Alimentação	161,99
		Auxílio Transporte	149,97
0.894.389	Vanda Maria Lacerda	Auxílio Alimentação	161,99
		Auxílio Transporte	98,13
0.878.738	Adão Paulino da Silva	Auxílio Alimentação	66,26
		Auxílio Transporte	70,83
1.107.463	Maria Marcelino O. de Marcelo	Auxílio Transporte	793,39
0.758.538	Débora Henriques Mota		
1.637.413	Carlos Antônio de Moura	Substituição	1.922,48
		Férias e 1/3 de férias	1.321,21
		Auxílio Transporte	133,37
		Auxílio Alimentação	147,26
TOTAL			3.524,32

Registra-se, com referência às situações descritas que, não foram formuladas recomendações para ressarcimento ao erário, considerando que a reposição de valores já processados em Folha de Pagamento deverá, inicialmente, submeter-se à avaliação da Corregedoria, na forma do Memorando-Circular Eletrônico n.º 01.200.2/PFE/CGMADM/006, de 14.05.2009, assim sendo, não foram apurados valores nos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Regionais.

6. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA

Os principais fatores que tiveram interferência no desenvolvimento das atividades relacionadas à auditoria interna do INSS, sejam com repercussão nas atividades de auditoria em âmbito nacional, ou mesmo regionais, são apresentados a seguir:

PROGRAMA DE AUDITORIA	FATORES RESTRITIVOS	PROVIDÊNCIA
03/2009 - Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicações - TIC	Indisponibilização de acesso ao ambiente de produção no Sistema de Gerenciamento de Atendimento - SGA, pela DATAPREV, que consistia etapa prevista nos trabalhos relativos ao Programa nº. 03/2009, bem assim, não houve resposta ao questionário elaborado em substituição às verificações “in loco”.	Readequação de metodologia, encaminhando-se questionário, contudo, também não houve atendimento.
04/2009 - Gestão das Informações Previdenciárias para Reconhecimento Inicial do Direito	Atrasos consideráveis na disponibilização das Bases de Dados relativas ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e aplicativos respectivos (CADPF, CNISVR, SARCI E HIPNET), inviabilizando a execução no exercício.	Houve a realização de ações-piloto pela Auditoria Regional Recife, reprogramando-se a execução do programa devido às alterações previstas com a implantação de novos sistemas em desenvolvimento.

Aspectos Positivos:

➤ Homologação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação das Atividades de Auditoria (SA4), desenvolvido pela Auditoria-Geral, agregando, ainda, o conceito do “Banco de Conhecimento”.

O Sistema apresenta-se em ambiente compartilhado de informações e de conhecimento, permitindo a execução e o gerenciamento de todas as fases do processo de auditoria, desde o planejamento até o acompanhamento da implementação das recomendações emitidas, estimulando a padronização de conceitos e procedimentos, mitigando os riscos de auditoria e gerando resultados eficazes e tempestivos para a Instituição.

Neste contexto, promovendo o uso de ferramentas, técnicas e métodos, têm as finalidades precípuas de apoiar, facilitar e auxiliar nas tarefas de auditoria.

As principais vantagens do Sistema relacionam-se à integração do banco de dados e conhecimento; ao conjunto de informações contidas na biblioteca; à análise de forma eficiente dos dados e a partir das informações relevantes, a identificação dos problemas em potencial; à construção em ambiente web, aberto às consultas; ao processo de adaptação a uma nova metodologia de

desenvolvimento (estudo e capacitação); à coordenação e supervisão das ações e objetos; à Padronização dos procedimentos de acesso aos dados e à administração dos ambientes operacional e gerencial.

➤ Aperfeiçoamento do banco de dados (CONDEX) com a inserção de funcionalidades, incluindo o módulo relativo a Denúncias, utilizado para controle do atendimento às recomendações e determinações dos Órgãos de Controle, permitindo o acompanhamento mais efetivo com a extração de relatórios por área, situação, entre outros.

➤ Formalização de novos acordos de Cooperação Técnica com Estados da Federação com vistas à realização de ações conjuntas para detecção da acumulação ilegal de cargos públicos e de aposentadorias no regime jurídico previsto na Lei nº. 8.112/90 e RGPS - Lei nº. 8.213/91.

➤ Utilização do SOFTWARE ACL – Audit Control Language, permitindo à melhoria qualitativa das atividades prospectivas e de monitoramento da auditoria. Registra-se que sua aplicação no acompanhamento dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB vem apresentando resultados consistentes, tendo em vista a verificação simultânea na remessa à rede bancária para pagamento em 100% dos PAB emitidos.

➤ Desenvolvimento de indicadores associados aos objetivos estratégicos, com foco no aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos, em fase de avaliação para homologação com vistas a integrar em 2010 o Painel de Controle do INSS.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA	FÓNTE
Fortalecer os controles internos, a gestão de risco e a segurança institucional	Prover os sistemas de controle interno de instrumentos que permitam orientar os gestores no controle da legalidade de ações com foco nos resultados e na efetivação do princípio da eficiência administrativa. Adotar o monitoramento como forma de prevenir e corrigir desvios por meio do aperfeiçoamento constante da gestão de risco de modo a resguardar o patrimônio da Instituição, assim como Instituição.	Mitigação do risco	Aferir a mitigação do risco no sentido de que os riscos prioritizados estejam tratados e controlados.	(Riscos tratados e monitorados / Riscos identificados e prioritizados) * 100	Mapa de Riscos – Comitê de controle
		Índice de aperfeiçoamento de controles internos	Medir o percentual de aperfeiçoamento de controles internos instituídos por meio das recomendações atendidas.	(Quantidade de recomendações atendidas/Quantidade de recomendações expedidas) * 100	SA4
		Índice de atendimento das demandas dos órgãos de controle externo (TCU, CGU, Procuradoria da República)	Medir o percentual de atendimento aos acórdãos e recomendações emitidos.	(Quantidade de acórdãos e recomendações atendidas no exercício / (Quantidade de acórdãos e recomendações expedidas no exercício + pendentes de exercícios anteriores) * 100	CONDEX

7. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Aos servidores da Auditoria foram oportunizadas capacitações visando à qualificação para desenvolvimento dos trabalhos auditoriais, destacando-se os cursos “Auditoria Governamental” e “Auditoria Aplicada”, este último por meio de instrutores internos da Auditoria, que realizaram as capacitações em quatro pólos regionais, em duas etapas, abrangendo servidores de todas as projeções regionais e ainda servidores da Auditoria-Geral.

Acrescente-se também, que houve participação em eventos promovidos pelas linhas de execução, proporcionando aos servidores da Auditoria Interna a atualização em temas afetos às áreas meio e fim da Instituição.

Relacionamos, a seguir, as capacitações realizadas em 2009:

ITEM	CAPACITAÇÕES	SERVIDORES CAPACITADOS
1	Auditoria Aplicada	141
2	Equalização para Curso de Auditoria Aplicada	20
3	Auditoria Governamental	108
4	Auditoria Integrada Capacitação no Banco do Brasil	10
5	CNIS Pessoa Física e CNIS Segurado Especial	73
6	Licitações E Gerenciamento De Contratos	52
7	Aprender A Distância na Previdência Social	39
8	Legislação Aplicada a TCE	37
9	Entendendo o Novo Modelo de Gestão (NMG)	33
10	Lei n.º 8.112/90 – Deveres e Proibições	10
11	Capacitação em Comunicação Administrativa	7
12	Planejamento e Gestão Estratégica Com Base no BSC	2
13	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas (Aposentadoria e Pensões)	2
14	SUIBE	4
15	SAE E SGA: Qualidade / Atendimento	3
16	Fundamentos em Gerência de Projetos	2
17	Modulo de Arquivo no SIPPS e procedimentos de CAPTURE	1
TOTAL		544

ITEM	OUTROS EVENTOS	SERVIDORES CAPACITADOS
01	I Congresso Sul Brasileiro de Direito Previdenciário	1
02	I Congresso da Federação de Medicina Pericial SP	2
03	Reunião Técnica do Reconhecimento Inicial de Direitos	1
04	Simpósio Gestão Contratos Administrativos	2
05	Palestra no TCU - Controles em Obras e Serviços de Engenharia	4
06	Oficina de Combate a Cartéis em Licitações	3
07	Palestra no TCU - Controles Internos no Registro de Preços	2
08	Fórum de Contratação e Gestão Pública	2
09	Gestão de Demandas	1
10	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	1
11	Capacitação na Concessão de Diárias e Passagens	2
12	Encontro Estadual de Gestores d Logística e Auditoria	20
TOTAL		41

8. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O propósito durante o exercício pautou-se na intensificação de práticas para uniformização de procedimentos e nivelamento de conhecimentos, fornecendo condições ao desenvolvimento intelectual do seu quadro de servidores e melhores condições de atuação dos técnicos de Auditoria Interna nas áreas de abrangência, que resultou em melhores índices de eficiência do processo de evidenciação auditorial.

Nesse contexto, o curso de Auditoria Aplicada representa a principal realização nas iniciativas de cunho pedagógico da Auditoria em 2009.

Ressalta-se que o referido curso foi elaborado baseando-se nas orientações contidas nas Normas Internacionais para o Exercício Profissional da Auditoria Interna – The Institute of Internal Auditors, e, insere-se em uma proposta mais ampla de educação continuada para os anos subseqüentes. Desta forma, visa proporcionar aos servidores da Auditoria adquirir novas competências e conhecimentos para sua qualificação profissional, objetivando o exercício das atribuições regimentais, definidas nas normas internas do INSS e no novo modelo conceitual para a modernização da Auditoria Interna.

Destacamos, também, que foi desenvolvido novo sistema de gerenciamento de atividades de auditoria denominado “Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Atividades de Auditoria (SA4)” que permitirá, no próximo exercício, focar os objetivos de planejamento, agendamento de tarefas, análises de detalhes, emissão de relatórios gerenciais proporcionando o efetivo acompanhamento e supervisão.

Acrescente-se que, a unidade de Auditoria Interna intensificou a prática de ações contínuas, com o desenvolvimento do monitoramento que possibilita os exames por meio de sistemas corporativos associados aos processos operacionais, com a identificação de

inconsistências e adoção de ações preventivas, aprimorando-se a aplicação de tecnologias nos trabalhos auditoriais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Relatório apresentamos os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna em função das ações planejadas e na atuação objetivando o aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos.

Os esforços foram direcionados para ações de caráter preventivo e consultivo de assessoramento aos gestores deste Órgão, com o objetivo de assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação de seus recursos.

Brasília, 08 de fevereiro de 2010.

Carlos Roberto Tibério
Coordenador de Planejamento e Avaliação

Walmir dos Santos
Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna
Substituto

Adolfo Carlos Rezende Queiróz
Coordenador-Geral de Auditoria em Benefícios
Substituto

Sueli Aparecida Carvalho Romero
Auditora-Geral do INSS
de Planejamento e Avaliação